



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 33ª
(TRIGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 28 DE ABRIL DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 31ª Sessão Ordinária;
- Ata da 32ª Sessão Ordinária.

Tenho um comunicado sobre o Câmara em Movimento: comunicamos aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que, em virtude da comemoração do aniversário da cidade de Sobradinho no dia 13 de maio e atendendo a demandas de lideranças da comunidade local, informamos que a sessão do Câmara em Movimento, que estava prevista para o dia 30 de abril, fica transferida para o dia 14 de maio.

Antes de dar início aos Comunicados de Líderes, quero comunicar aos Deputados presentes no plenário e aos que estão em seus gabinetes que houve uma reunião de Líderes com a presença dos Deputados Wellington Luiz, pelo Bloco Democrático Trabalhista Progressista; Prof. Israel, pelo Bloco Sustentabilidade, Trabalho e Solidariedade; Rodrigo Delmasso, pelo Bloco Amor por Brasília; Agaciel Maia, pelo Bloco Força do Trabalho; Chico Vigilante, Líder do PT, e apenas com a ausência do Deputado Julio Cesar, que se encontra em viagem, Líder do Governo. Durante as discussões feitas, foram enumerados três itens para serem discutidos e votados nesta Casa na sessão de hoje à tarde. O primeiro diz respeito à lei que prorroga os puxadinhos, que tem um prazo: dia 30 vai vencer. Então, houve um entendimento. Depois que o governo mandou um projeto, houve várias reuniões junto com o governo, junto com os Deputados e com os donos de restaurantes, e foi construído um substitutivo, Deputado Chico Vigilante, no sentido de aperfeiçoarmos o projeto encaminhado pelo Executivo. Mesmo assim, com esforço dos técnicos, e em especial da Deputada Telma Rufino, Presidenta da Comissão de Assuntos Fundiários, ainda surgiram algumas dúvidas, algumas áreas ficaram cinzentas. Então, não chegamos ao entendimento de que o projeto – nem o do governo, nem o substitutivo – seria o ideal para votarmos hoje. Ficou acordado que votaríamos apenas a prorrogação da lei que está vigente, e o governo ficaria na condição de construir um projeto de lei complementar junto com o pessoal dos restaurantes e bares, junto com os Deputados e assessores, e junto com o governo, no sentido de esclarecer todas essas dúvidas que ainda ficaram sobre a cobrança, sobre o requerimento de uso e outros temas que constam do projeto encaminhado pelo governo. Encaminharemos um PLC a esta Câmara, com o compromisso dos Líderes presentes de votarmos o mais rápido possível. Portanto, ficou acordado que votaríamos apenas e simplesmente a prorrogação, para que não houvesse prejuízo aos interessados.

Como segundo item da pauta, ficou acordado que votaríamos o projeto do conselho tutelar, apenas acrescentando uma emenda coletiva de autoria dos Deputados. Então, em vez de votarmos um só, votaríamos em cinco. Esse foi o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

entendimento das lideranças para que essa emenda venha ao plenário e possa ser discutida e aprovada, se for o caso.

O terceiro item ainda depende de alguns esclarecimentos junto ao bloco do PMDB, que tem como Líder o Deputado Wellington Luiz. Ocorre que há uma lei da época do Governador Agnelo que prevê uma série de obras importantes de mobilidade do Governo do Distrito Federal. Para isso, é necessário um levantamento de empréstimo junto ao BNDES ou Caixa Econômica Federal. Essa autorização para esse crédito era para ser aprovada hoje. Eu tenho aqui a destinação dos recursos; a implantação do corredor Eixo Norte; a implantação do sistema de transporte BRT com operação por controle operacional inteligente; ligação Balão do Torto, Balão do Colorado, da BR-450; implantação do trevo de triagem Norte, na DF-007; Balão do Torto/Eixo Rodoviário Norte; aquisição de material rodante para o Veículo Leve sobre Trilho - VLT; aquisição de material rodante para a linha 1 do metrô; implantação das estações do metrô na Asa Sul: na 104, 106 e 110 sul; aporte para o aumento de capital da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP; e, por último, a implantação do sistema de transporte de passageiros Gama/Santa Maria/Plano Piloto – Projeto Eixo Sul.

Portanto, essa autorização de levantamento de financiamento junto à Caixa Econômica ou junto ao BNDES trata exatamente de fazer frente a esses projetos que nós já tínhamos definido em lei, Deputados Chico Leite e Joe Valle, ainda no ano passado. Se houver esse entendimento, essa autorização de crédito seria o terceiro item da pauta a ser votado hoje. Então, ficaram definidos três itens da pauta: o primeiro seria o projeto dos puxadinhos, a prorrogação simples; o segundo, o projeto dos conselhos tutelares; e o terceiro, a autorização de crédito junto à Caixa Econômica ou ao BNDES.

Neste sentido, por orientação da Assessoria da Mesa, eu já incluo como itens extrapauta os três itens. Esses eram os esclarecimentos preliminares que eu gostaria de fazer já que tive a responsabilidade de coordenar a reunião de Líderes.

Neste momento, eu gostaria de cumprimentar a todos que estão na galeria, principalmente o pessoal que está aguardando a nomeação do concurso. Vocês podem contar com o nosso apoio, pois já é unanimidade nesta Casa o apoio a vocês. A matéria depende exatamente da decisão do Poder Executivo. Portanto, no que se refere aos Deputados, todos são favoráveis a que vocês sejam contratados o mais rápido possível.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, assessores, professores que estão na galeria, os concursados aprovados no concurso da Secretaria de Educação... Hoje quero aqui relatar, como primeiro ponto, que nós estivemos, uns vinte dias atrás, numa audiência pública em Taguatinga, na qual alguns Deputados desta Casa, Deputado Chico Leite, estiveram presentes, para relatar o problema vivido pelos professores que foram aprovados no concurso de 2013 e atingiram a média estabelecida pelo edital, mas estão “proibidos” de serem contratados por causa de uma cláusula de barreira estabelecida no edital. O edital previa duzentas vagas, e essa cláusula determinava que a Secretaria de Educação só poderia chamar até cinco vezes a quantidade de vagas estabelecidas no edital. O que é muito estranho é que a necessidade da Secretaria de Estado da Educação, à época, era de uma contratação, Deputado Chico Leite, Deputado Joe Valle, de mais de 5 mil professores. Ou seja, as vagas disponíveis no edital não supriam as necessidades inerentes que estavam estabelecidas no edital da Secretaria de Educação, fugindo, inclusive, de uma recomendação do próprio Tribunal de Contas do Distrito Federal que estabelecia que professor temporário não poderia ocupar vaga de cargo efetivo – professor temporário só poderia ser contratado com base nas especificidades da lei; ou seja, no caso de afastamento temporário de professores da Secretaria de Educação. Nós tivemos uma segunda audiência com o Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Conselheiro Renato Rainha, quando levamos a ansiedade não só dos professores, mas também da sociedade do Distrito Federal, que urge por mais professores em sala de aula. Os alunos precisam de mais professores em sala de aula. Chegamos a um consentimento ali de encaminharmos uma representação junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal pedindo a declaração da ilegalidade do item 9.1 estabelecido naquele edital. Conversamos também, Deputado Joe Valle e Deputado Chico Vigilante, com o Procurador do Ministério Público de Contas aqui do Distrito Federal, Dr. Demóstenes, que brilhantemente ali já expressou um prévio entendimento, Deputado Lira, de que aquele item não poderia embarrear a contratação dos novos professores por dois motivos. Primeiro, existe uma urgência estabelecida pelo Estado, ou seja, existem vagas disponíveis. Isso foi, inclusive, relatado pela própria Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que tem diretamente feito contratações imediatas, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é professor da rede. Mais de 3 mil e quinhentos professores já deveriam ter sido contratados para suprir a carência existente na rede. A nossa assessoria, a assessoria dos Deputados daqui da Câmara Legislativa, de todos os Parlamentares, montou essa representação. Na audiência pública estavam presentes a Deputada Sandra Faraj, o Deputado Bispo Renato Andrade, o Deputado Prof. Reginaldo Veras e outros Parlamentares que por aqui passaram. Então, todos os Deputados construíram essa representação e eu tenho certeza de que todos os 24 Deputados vão assinar essa representação junto ao Tribunal de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Contas do Distrito Federal. E aí, Deputado Prof. Reginaldo Veras, começa nossa segunda batalha, que é sensibilizar cada conselheiro daquele tribunal, principalmente o relator, no sentido de acatarem a nossa representação para que o tribunal determine a contratação imediata de todos aqueles que foram aprovados no concurso de 2013. Tive uma dúvida no que se refere à questão da contratação das apurações da segunda fase do concurso. Fiz um questionamento à área técnica da Secretaria de Educação se a EAPE – Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação não poderia assumir a responsabilidade de fazer essa segunda avaliação, que, na realidade, é uma avaliação de prova de títulos. A Secretaria de Educação prontamente respondeu, dizendo que a EAPE tem total estrutura para fazer isso e que a única coisa que precisa, Deputado Chico Leite – V.Exa. que é um grande jurista, grande professor de Direito Constitucional –, é que esta cláusula seja declarada ilegal. Nós temos alguns instrumentos do Superior Tribunal de Justiça, algumas decisões do Tribunal de Contas da União em casos similares que autorizaram alguns estados a fazerem esse tipo de contratação.

Então, acredito que, ainda hoje, todos nós vamos assinar e, provavelmente amanhã ou até quinta-feira, vamos protocolar isso no Tribunal de Contas. E aí começará a nossa segunda batalha. Eu tenho certeza de que o Tribunal de Contas vai ser sensível, não aos Deputados, não à Câmara Legislativa, mas à sociedade do Distrito Federal, que precisa de professores em sala de aula, e vai autorizar a contratação daqueles que passaram em concurso público. Aqui ninguém está falando daqueles que não passaram, mas daqueles que atingiram a nota mínima estabelecida no edital. Eu tenho certeza de que todos aqueles estão prontos para trabalhar.

Quero aqui também dizer que, recentemente, foi citada aqui neste plenário a questão da substituição das placas em Centros de Educação da Primeira Infância – CEPI.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Por gentileza, esperem o Deputado terminar sua fala. Por gentileza, manifestem-se daqui a pouco. Deixem o Deputado terminar sua fala, por favor.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Aqui neste plenário foi questionada a substituição das placas dos CEPIS – Centros de Educação de Primeira Infância, também denominados creches, que se encontravam semiprontas ou até mesmo prontas. Nós destacamos aqui que as edificações, naquela época, ainda não tinham sido efetivamente entregues devido à falta de pagamento às empresas que as construíram. Destaca-se, ainda, que, além de não quitadas essas dívidas e, por isso, não terem sido entregues, essas unidades escolares não estavam devidamente mobiliadas e conveniadas. Desse modo, apesar de esses CEPIS não se encontrarem em condições reais para receberem as crianças, estavam com as placas de inauguração afixadas como se tais edificações estivessem em funcionamento. Mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

crítica ainda era a situação de falta de pagamento às instituições conveniadas, selecionadas via chamamento público, que estavam atendendo às crianças nessas unidades escolares. Algumas dessas entidades que estavam conveniadas, Sras. e Srs. Parlamentares, Deputada Luzia de Paula, estavam sem receber desde julho de 2014 e prestando seu atendimento prontamente àquelas crianças que estavam matriculadas. Um exemplo delas concretizou-se em Ceilândia, Deputada Luzia de Paula, como V.Exa. sabe, onde uma entidade que administrava duas unidades escolares manifestou-se contrária à renovação do convênio em decorrência da falta de repasse dos valores acordados no convênio anterior. Para evitar a interrupção, a Secretaria de Estado de Educação tomou as providências necessárias quanto à seleção e à celebração de novos convênios com outras entidades, de modo que fosse garantida a continuidade do atendimento às crianças. Tão somente com a execução dos acertos financeiros junto às construtoras, da seleção das entidades por chamamento público e da celebração do convênio, essas unidades escolares passaram a apresentar condições reais de funcionamento. Reitera-se que, exclusivamente, no caso do prédio não entregue, conforme dito anteriormente neste plenário, houve a substituição da placa de inauguração de unidade escolar inacabada por placa alusiva ao dia em que as crianças iriam entrar naquela creche. De fato, quem inaugura uma creche não é governo, não são políticos, mas as crianças que entram nessas creches. Por fim, cabe ressaltar, como eu falei aqui, que ninguém, nenhum político, governador ou secretário de estado inaugura creche. Quem inaugura creche são crianças. Quem inaugura as escolas são os estudantes e os professores quando começam a dar as suas aulas. A participação do governo, nesse momento tão nobre de entrega, é tão somente para apresentar àquela sociedade a nova unidade educacional, seja ela creche ou instituição de ensino fundamental e médio, para que a sociedade possa ter uma educação pública gratuita e de qualidade.

Então, quero deixar este esclarecimento aqui, que foi exaustivamente debatido com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Também quero deixar aqui o nosso apelo para que o governo, sensibilizado, possa contratar os professores, para entrarem em sala de aula e darem aulas aos nossos estudantes.

Muito obrigado. Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso. V.Exa. falou além do tempo necessário, pelo Bloco Amor por Brasília.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Agradecemos as manifestações. Eu só pediria que, enquanto os Deputados estiverem falando, por favor, não se manifestem, porque não tenham dúvida nenhuma de que a causa de vocês é a causa de cada um desses 24 Deputados que estão nesta Casa. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, pelo Bloco Democrático Trabalhista Progressista.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

Vim aqui tão somente, em nome do meu bloco, do meu grupo, que hoje é composto por sete Deputados, para dizer que nós não abriremos mão desse direito consagrado dos nossos educadores. Digo mais: não eram vocês quem deveriam estar aqui não. Quem deveria estar tomando conta dessa galeria hoje era a população, pedindo para que vocês fossem contratados imediatamente. E dinheiro é uma questão de prioridade. No dia em que for dada prioridade à educação, nós teremos um país muito melhor. Então, vocês podem ter certeza absoluta de que nosso bloco usará todos os meios legítimos de pressão para fazer com que o governo imediatamente reverta essa situação e altere o cadastro reserva. E não é nada novo, nem estamos inventando uma roda não. Existem vários precedentes. Eu sou concursado da Polícia Civil. Quando fui presidente do sindicato, por três vezes, nós alteramos o cadastro reserva. Ou seja, é possível! Basta querer, basta enxergar a educação como prioridade. E aí, Deputado Prof. Reginaldo Veras, não podemos tirar de V.Exa., do Deputado Prof. Israel. e daqueles que têm lutado diariamente por uma educação melhor aqui nesta Casa... Parabênizo V.Exa. por esse tema. E pode ter certeza de que V.Exa. pode contar com o nosso bloco. Vamos lutar até que essa situação seja resolvida.

Muito obrigado. Que Deus abençoe vocês! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, pelo Bloco Força do Trabalho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu creio que o tema principal a ser tratado hoje será exatamente saúde e educação. A verdade, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é que estão faltando professores das mais variadas disciplinas em quase todas as escolas do Distrito Federal. E não venham me dizer que o governo foi alcançado pela Lei de Responsabilidade Fiscal para não contratar, porque não é verdade. A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que educação e segurança estão fora dela. Portanto, é uma decisão do governo contratar ou não. A única maneira de termos professores realmente capacitados, preocupados com o ensino, é a contratação por meio de concurso público. A galeria está ocupada hoje. Creio que o governo já deveria tê-los contratados, pois vocês já passaram por um concurso tão difícil, da maneira que passaram, e ainda têm de vir aqui implorar para serem contratados, quando é uma obrigação do Estado fazer a contratação. A verdade, Deputado Chico Leite – V.Exa. que é Promotor de Justiça e Deputado – e Deputado Prof. Reginaldo Veras, é que essa turma da Secretaria de Educação está levando o Governador Rodrigo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Rollemberg para o precipício. Essa última resolução tomada pela Secretária de Educação proibindo os professores ou qualquer servidor da educação de darem entrevista é a maior aberração que eu já vi em minha vida. Inclusive, estão proibidos de divulgar imagens nas redes sociais. Quer dizer, não arrumam as escolas, deixam o mato do jeito que está, os banheiros do jeito que estão, não contratam os professores e agora querem censurar os educadores. Isso é crime! Isso é inaceitável! Eu não posso aceitar, Deputado Chico Leite, que em um Estado Democrático de Direito, pelo qual lutamos tanto, venha o Secretário de Educação do Distrito Federal baixar uma portaria esdrúxula, que proíbe os professores, os servidores de falarem com a imprensa. Tudo isso em função de uma briga que houve com um diretor autoritário da Escola de Música. Os professores – estavam lá o *Correio Braziliense* e algumas televisões para entrevistá-los – deram entrevista, e agora baixaram a Lei da Mordaga. Nós lutamos muito contra a Lei da Mordaga neste país. Portanto, isso é grave. É preciso que o Governador Rodrigo Rollemberg – vejo aqui o Marcão, que é secretário – imediatamente determine ao Secretário de Educação que acabe com essa censura prévia. O Governador é um democrata e não pode aceitar que um subordinado dele coloque a Lei da Mordaga no Distrito Federal. Isso é um absurdo! Essa gente vai levar o Governador para o precipício.

O segundo ponto, Deputado Joe Valle, é o caos que agora, sim, está estabelecido na saúde do Distrito Federal. Está faltando tudo, todo tipo de medicamento. São mais de trezentos itens que faltam hoje na rede pública, desde medicamento para tratamento de câncer, a doença mais terrível que existe – estamos vendo as imagens na televisão: *TV Globo, Bandeirantes, Record*, na *TV Brasília* e nas demais... Os pacientes estão dizendo que foi suspenso o tratamento porque não há medicamento. Na verdade, Deputado Prof. Reginaldo Veras, falta competência ao Secretário de Saúde do Distrito Federal, porque dinheiro tem. Para V.Exas. terem uma ideia, de todo o recurso que está destinado à saúde do Distrito Federal – apurei hoje –, o governo até agora só gastou 0,7%, muito menos do 1% do que está destinado para a saúde. São incompetentes. Não compram os medicamentos porque, talvez, o Secretário de Saúde tenha plano de saúde. Se ele não tivesse plano de saúde, certamente estaria abastecendo a rede pública de saúde. É um verdadeiro absurdo! Vou fazer um questionamento público agora: onde está o promotor Jairo Bisol, que era tão diligente em outros governos, que fiscalizava tão de perto os outros governos? Onde está aquela promotoria de defesa do usuário da saúde pública? Onde ela está? Por que não falou mais nada? Por que deixa o caos se estabelecer dessa maneira na saúde pública? Agora, Deputado Chico Leite, estão vindo com coisa pior. Estão querendo propor a contratação de organizações sociais. É um negócio esdrúxulo! Vimos que organização social, a tal da Real Sociedade Espanhola, no Hospital de Santa Maria, deu no que deu. Agora estão querendo contratar organizações sociais. Está o secretário intimidando, a cada instante, os conselheiros da saúde, querendo que eles aprovem a contratação de organizações sociais. Essa proposta terá nesta Casa uma barreira, um muro intransponível. Não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

vamos permitir, em hipótese nenhuma, que a saúde pública do Distrito Federal seja passada para organizações sociais. É um crime! Até porque, onde está estabelecido, não deu certo. Não podemos pegar um modelo que está dando errado no Brasil inteiro e implantá-lo no Distrito Federal. Isso é pior do que a terceirização. Portanto, o governo que atenda, efetivamente, aos anseios da comunidade! O Governador Rollemberg, durante a campanha, dizia que faltava gestão, que dinheiro tinha. Eu digo: "Governador, agora está faltando gestão, está faltando competência e está faltando vergonha a alguns dos dirigentes que o senhor nomeou para este governo". O que é mais grave ainda. É preciso que imediatamente se repare esse caos que está estabelecido sobre a saúde. E não venham com essa história de organização social, porque isso é mais que um crime contra a população e o serviço público do Distrito Federal! Caso se coloque a organização social hoje na saúde, amanhã vão querer também terceirizar a educação, e nós não vamos aceitar isso em hipótese alguma.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Queremos também dizer aos amigos concursados que acabamos de protocolar uma moção que manifesta apoio e solidariedade aos aprovados no concurso para professor e orientador educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no sentido de que o Sr. Governador do Distrito Federal tome medidas para a invalidação dos subitens 9.1 e 9.5 dos respectivos editais, por vício de legalidade, economicidade, conveniência e oportunidade. Espero que ela seja aprovada ainda hoje, se assim Deus permitir e os nossos amigos concordarem.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, quero passar a palavra para a Vice-Líder, que fará uso da palavra em nome do bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Os Comunicados de Líderes já passaram.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não usarei a tribuna, mas quero declarar o meu apoio aos meus colegas professores, servidores da educação, e dizer que precisamos de professores. Hoje, pela manhã, em uma audiência pública sobre a educação que tratava dos centros interescolares de línguas, cobrei o cumprimento da nossa lei. Vocês participaram da construção desta lei que obriga o Estado a nomear um professor concursado todas as vezes em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

que um professor se aposentar. Isso aliviaria muito a espera dos professores concursados, e nós esperamos que essa lei seja cumprida, porque leis são feitas para serem cumpridas, ainda mais pelo governo.

Parabéns! Estamos juntos nessa luta.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dar o meu apoio aos professores, à galeria e dizer que nós estamos juntos. Eu sou uma das defensoras da entrada de vocês no cadastro, da nomeação de vocês. Sei que, além de vocês precisarem, Brasília precisa de vocês dentro da sala de aula. Quero usar o meu tempo aqui para manifestar o meu apoio a vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas, venho aqui tratar especificamente de dois assuntos. O primeiro deles refere-se a uma concitação que recebi, ainda no início desta sessão, acerca da cláusula de um edital que, na minha avaliação, encontra-se completamente contrária a qualquer princípio da administração pública. Veja, Sr. Presidente, lutamos anos para que aquele que passasse dentro das vagas anunciadas pelo edital tivesse o direito subjetivo público de assumir o cargo. Fosse ao Judiciário, caso a administração não reconhecesse, e tivesse direito à vaga, no embate próprio, nas lides judiciais. O STJ foi o primeiro tribunal superior a reconhecer. Hoje as administrações reconhecem os editais, e a nossa Lei Geral dos Concursos já previu isso. Pois bem... Se assim é, notei depois, em linha contrária, uma ação dos gestores e dos gerentes de bancas de concurso tentando não observar o exato número para não dar direito subjetivo a ninguém. (Palmas.) A par dessa fraude, foi-se adiante. Tentaram colocar nos editais – e colocaram, Presidente – cláusulas, verdadeiras cláusulas de barreira, como chamou o Deputado Delmasso, cláusulas que impedissem correções ou que impedissem passagem para as próximas fases. Eu tenho a compreensão, Presidente, de que o nosso avanço – e esse é um debate que fazíamos há dez anos, à época da Lei Geral dos Concursos Públicos, Deputado Reginaldo – era no sentido de que não se pudesse fazer novo concurso – mas aí teríamos que mudar uma regra constitucional – para o cargo para o qual ainda houvesse gente aprovada em concurso que não o tivesse assumido efetivamente. Então, suponhamos, haveria concurso para professor somente quando todos aqueles aprovados no último concurso tomassem posse efetivamente. Essa é uma luta antiga, Presidente! Pois bem... O que nós vemos agora na cláusula de um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

concurso é exatamente o contrário, é a proibição de que se passe a uma nova fase ou de que se possa contratar um percentual, quer dizer, cinco vezes o número de vagas declarado. Na minha avaliação, Presidente – vamos aguardar o Tribunal de Contas –, antecipo que, na minha modesta avaliação, trata-se de cláusula completamente nula de pleno direito. Não é possível admitir! (Palmas.) E, ultrapassada essa preliminar, é muito importante que nós façamos mesmo essa articulação com o Tribunal de Contas e depois com o governo para sensibilizá-lo à contratação. Não é possível que estudantes fiquem sem aula. Eu venho aqui de vez em quando dizer que lugar de criança é na escola, e lugar de professor é em sala de aula também! É fundamental que nós não impeçamos – e mais que isso, que nós lutemos para isto – que o Governador contrate todos aqueles que foram aprovados! É! Eu tenho defendido também, Presidente, que serviço público é lugar para concursado, não é lugar para cargo comissionado, não é lugar para peixadas políticas, que o temporário deve ser uma excepcionalidade absoluta! (Palmas.) Nós temos que fazer essa defesa principiológica entre nós. Bom, cumpria-me primeiro falar sobre esse tema, acho que vamos todos juntar esforços e sensibilizar o governo.

O outro tema que me traz aqui, Presidente, como dizia o nosso querido ex-Deputado Peniel Pacheco, é para lamentar, não é parlamentar. O Deputado Chico Vigilante se lembra das belas tiradas do Deputado Peniel Pacheco, que dizia que há hipóteses em que somos para lamentar, não parlamentar. Quero lamentar esse ato administrativo da Secretaria de Educação, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Não é possível, não se pode falar entre nós, ultrapassado o século XXI, em qualquer regra, seja ato administrativo, seja lei, que sequer traga insinuações à mordada, não se pode admitir! Eu considero que essas hipóteses são verdadeiramente ilícitas, contra a humanidade e contra tudo que a humanidade conquistou até hoje. Sinceramente nós precisamos fazer um exame, Presidente, para ver se por um decreto legislativo poderíamos revogar o ato – precisaríamos pedir à assessoria que fizesse um estudo – ou se faríamos uma moção em nome de todos aqueles que concordassem, mas peço, desde já, o bom senso ao Sr. Secretário de Educação, ao Sr. Secretário de Relações Institucionais, que está aqui presente. Do Governador Rodrigo Rollemberg, eu não tenho dúvida de que teremos acolhida, mas S.Exa. precisa tomar conhecimento, para que, por outro ato administrativo, a administração possa fazer isso de ofício, revogue esse ato, que é para lamentar: um ato que proíbe a comunidade escolar de alguma sorte, os estudantes, professores, de emitir conceitos, de dar entrevista, enfim, de ir à rede social. As responsabilidades são apuradas na medida, evidentemente, de nossa legislação. Aquele que vai a público evidentemente responde pelo que diz, mas não podemos admitir que um gestor proíba a comunidade escolar, onde há a raiz da liberdade, de pronunciar-se acerca de qualquer matéria, Sr. Presidente. Deixo aqui meu protesto e sugiro que a Presidência, a Direção da Casa, em nome de toda a Casa Legislativa, não em nome desse ou daquele bloco, não sei se o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Chico Vigilante, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Prof. Israel concordam, para que possamos, em nome de toda a Casa, tomar uma atitude. Eu acho que o governo se sensibilizaria. O Líder Deputado Julio Cesar não está presente, senão conversaríamos com S.Exa. Deputado Robério Negreiros, mas eu tenho certeza absoluta de que, de ofício, seria possível resolvermos esse problema.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Chico Leite.

Eu espero, Deputado Chico Leite, que prevaleça o bom senso. Eu quero aproveitar que o Marcão está presente. Isso é coisa de ditadura! Uma casa onde se ensina educação não pode fechar as portas para mostrar aquilo que está acontecendo ali dentro. Não tenho dúvida nenhuma de que o Governador vai determinar que isso seja completamente resolvido ainda na tarde de hoje, para comunicar à comunidade escolar de uma maneira geral.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, servidores desta Casa, galeria, colegas professores, conselho tutelar, eu quero saudar esses guerreiros que aqui vêm para lutar pelo direito, pelo nosso direito, porque, quando se fala em educação, está se falando do direito da humanidade e principalmente das crianças. Eu quero falar a vocês do nosso compromisso com esse segmento. Nós sabemos como estão nossas escolas hoje, com deficiência de educadores, e temos urgência de ver vocês em sala de aula. Então, em sala de aula onde não há professor, não há alegria e não há continuidade no processo da formação do que nós temos de mais sagrado, que são nossas crianças.

Quero aqui também, Sr. Presidente, falar de outra categoria. Ontem foi o seu dia: a categoria dos empregados domésticos, que ainda não alcançou o que é merecido. Este país tem uma dívida muito grande com esse segmento. São pessoas que vêm dando sua contribuição na formação dos nossos filhos, que vêm dando sua contribuição também na formação da humanidade. Infelizmente, é uma categoria que está às margens, cujos direitos até hoje não foram reconhecidos. É uma categoria que paga um alto preço, porque, enquanto estão cuidando dos filhos dos outros, os seus filhos, muitas vezes, ficam à margem, ficam sós e não têm o direito sequer da presença de pai ou de mãe. Na maioria das vezes, seus filhos ficam à mercê da marginalidade e são colhidos, muitas vezes, por segmentos que ninguém gostaria que estivessem tão próximos da sua família. Quero aqui, Sr. Presidente, nesta tarde, homenagear todos os empregados domésticos que têm feito a diferença para todas as famílias deste país.

Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Boa tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputada Luzia de Paula.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores concursados, nosso apoio. São lutas e lutas. Para um servidor, ser aprovado em um concurso público, Sr. Presidente, não é uma tarefa muito fácil. Requer dedicação, estar focado, particularmente para aqueles que se dispõem a construir um projeto de vida na educação. Portanto, o meu mais profundo respeito à luta de vocês. Contem com o nosso apoio.

Hoje, a Casa teve duas belas audiências na área da educação, que vem sendo conduzida pelo nosso Presidente Deputado Prof. Reginaldo Veras, um professor, colega de vocês. Tenho a grata satisfação de ter aqui os orientadores educacionais. Este Deputado que vos fala foi o autor da emenda à Lei Orgânica que estabeleceu as condições do orientador e que, posteriormente, teve seu aperfeiçoamento com proposições da Deputada Celina Leão. São bem-vindos. Contem com o nosso apoio na legitimidade da incorporação na rede pública para servir melhor a nossa população, particularmente forjando essa nova geração que tanto depende de vocês. Principalmente diante dessa crise tão profunda que a sociedade vive, sobretudo a crise da família, que chega às escolas e vai para cima dos professores, dos colegas, refletir os seus desequilíbrios pessoais.

Portanto, o meu apoio, a minha solidariedade e a nossa disposição de acompanhá-los nessa luta pela convocação para integrar a rede pública. (Palmas.)

Sr. Presidente, a minha palavra nesta tarde é para refletir, Deputado Chico Leite, o desempenho da arrecadação não apenas no Distrito Federal, mas em alguns estados, e compará-los com o Distrito Federal. Nós tivemos no Estado da Bahia uma queda acima de 14% na arrecadação tributária, ou seja, a arrecadação fiscal no âmbito das unidades da Federação. No caso de Minas Gerais, nós tivemos um aumento ligeiramente inferior a 3%. O Estado de São Paulo, tão locomotiva, não reflete a sua arrecadação, que chega à ordem de 28 bilhões e meio – no ano passado, foi de 27 bilhões e 700 milhões de reais. Entretanto, o crescimento na União, pouco acima de 4%, e no Rio Grande do Sul, em torno de 4,63%, é incomparavelmente menor do que no caso do Distrito Federal, que no bimestre, ou seja, em janeiro e fevereiro, teve um crescimento de quase 13% – para ser mais preciso, 12,97% – em relação ao ano passado. A tão decantada crise da arrecadação não existe, pelo menos no âmbito do Distrito Federal, principalmente se levarmos em conta que a arrecadação no trimestre, Deputado Agaciel Maia, Presidente da nossa Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, vai ultrapassar com certeza a casa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

dos 20%. Só no mês de março, o crescimento, em função da antecipação do IPVA, foi superior a 30% em relação ao ano passado.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a população do Distrito Federal responde à tão decantada crise financeira do Distrito Federal com um perfil bem diferente do que alguns procuram demonstrar pra nós. Eu tenho procurado, Sr. Presidente, trazer estes números porque são números que nós acompanhamos todos os dias. Nós acompanhamos todos os dias. Quero, inclusive, dizer que ontem, com um rápido contato com o Governador Rollemberg, nós tivemos a oportunidade, Deputado Chico Leite, de entregar-lhe um estudo, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que, inclusive, quero passar às mãos de cada um dos Deputados. Nós estamos tendo uma perda que chega, até 2014, à ordem de quase 2 bilhões de reais, dos quais 1 bilhão de reais são inerentes ao método de cálculo e à base de cálculo em particular. Eu tenho batido nessas questões porque quero convencer o Governo do Distrito Federal a levar para o Governo Federal este debate para fazer a correção necessária. Eu chamo a atenção para isso porque já estivemos com o Secretário Colombini, já conversamos no Tribunal de Contas, tivemos hoje oportunidade de conversar pelo telefone com a Secretária do Planejamento, e espero ter condições, Secretário Marcos Dantas – que estava aqui conosco até há pouco –, de sensibilizar o governo a ser proativo no sentido de obter e fazer essas correções.

Além disso, Deputado Agaciel Maia, eu queria pedir um minutinho de sua atenção em relação à questão do Fundo Constitucional, atualmente, no Distrito Federal. Nós precisamos fazer uma análise crítica do ponto de vista da gestão. Grande parte das razões pelas quais nós temos perdido recursos é inerente às dificuldades operacionais nas licitações e nos empenhos, e aos processos de judicialização das licitações públicas. Esse tem sido um grande motivo de perda para o Distrito Federal. Se o governo não tiver condições, Deputado Joe Valle, de fazer uso dos recursos previstos para investimento, custeio de manutenção, na última janela – como assim denominam – para efeito de remanejamento; se não puder, Deputado Agaciel Maia, fazer o remanejamento para a área de custeio de pessoal... Boa parte da folha de pagamento da educação e da saúde é bancada pelo Tesouro e pelos recursos do Tesouro do Distrito Federal. Se você faz esse remanejamento, você deixa de ter a perda nas rubricas de custeio de manutenção, custeio de investimento, e passa para o custeio de pessoal, permitindo que os recursos do Tesouro do Distrito Federal sejam utilizados para pagamento de pessoal, o que pode reduzir um tanto e facilitar os gastos do Distrito Federal em outras rubricas – inclusive com pessoal. Eu faço esse apelo, mais uma vez, e espero ter sensibilidade para convencer o Governador de que é necessário que a sua equipe se debruce sobre este debate. Por último, nós estamos solicitando uma reunião com o Senhor Ministro do Planejamento para levar esse debate para dentro do Governo Federal e, conseqüentemente, aprofundar-nos nos motivos pelos quais o Distrito Federal está deixando de receber recursos do Fundo Constitucional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de abrir mão da palavra, neste momento, para que possamos votar imediatamente a questão dos puxadinhos e trazer tranquilidade para os comerciantes da Asa Sul, tendo em vista que a lei deles vence no dia 30.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero dizer que, uma vez que se faz concurso público, as pessoas que passaram nele devem, sim, ser convocadas. Isso se refere aos policiais civis, ao pessoal da saúde e, por final, ao pessoal da educação. Todos vocês saibam que têm o meu apoio e a minha admiração. Tem-se, sim, que contratar os professores.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Lira.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Eu queria falar aqui, Deputado Chico Vigilante, que quero engrossar essa fileira. Realmente, precisa-se falar para o Secretário de Educação em que século nós estamos! Esse decreto, essa colocação que ele fez... Ele pode, entendendo que foi mal-orientado por sua assessoria, retirar esse processo. Realmente, é uma situação em que as pessoas não podem se comunicar. Não cabe a um gestor tomar partido dos outros, cabe ao gestor avaliar, analisar e dar a melhor solução para a comunidade. O cliente do governo é a comunidade, é o cidadão.

Nesse sentido, hoje tivemos aqui uma solenidade em comemoração ao Dia da Educação. O secretário falou que muitos professores estão fora das salas de aula e que não se está precisando de professor – foi esse o entendimento que ele colocou. Eu quero discordar plenamente disso. Eu quero discordar de forma frontal a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

esse processo. Precisa-se de professor, mas é preciso mais do que professor, é preciso de gestão frente à Secretaria de Educação. Então, eu queria aqui me solidarizar e colocar que nós fazemos o possível para que esse cadastro seja chamado, porque a Secretaria de Educação precisa de professor e os alunos precisam de professor nas salas de aula.

Eu gostaria de colocar também, Sr. Presidente, que precisamos, e a Câmara está num processo de radicalizar na transparência, e a Comissão de Fiscalização tem feito o seu papel de fiscalizar, dos números. Se há muitos professores fora de sala de aula, e está colocado no governo... Há professor aqui na Câmara. Quem são, quantos são, quanto custa? Que serviços estão prestando à educação? Nós precisamos dos números. Porque jogar números ao léu é muito fácil. Agora, se são 300, 350, chamem os professores de volta. Chamem todos de volta! Agora, não tratem de forma igual os desiguais, porque aí se comete injustiça.

Então, o que eu vejo é que os governos, de forma geral, sofrem de um problema sério de gestão. Eu vou dar um exemplo claro aqui em Brasília. Brasília mantém suas empresas públicas, o que é extremamente importante e muito bom. Mas, como pode uma empresa que tem monopólio, vende, as pessoas são obrigadas a comprar dela, e ela coloca a margem de lucro que precisa ter para fazer os seus custos... Como pode essa empresa estar quebrada? Estou falando de duas empresas: CEB e Caesb. Como pode empresas que têm o monopólio, só elas vendem... Só a CEB vende energia. Só a Caesb vende água. Como essas empresas podem estar quebradas? Essa é uma pergunta que quero deixar aqui, Sr. Presidente, para que possamos fazer audiências públicas, para ficar claro e depois eu não ser chamado de privatista. Eu não sou. Eu quero organizar e dar gestão profissional a essas empresas, tirando definitivamente a influência político-partidária de dentro delas, porque são empresas importantíssimas para o Distrito Federal. Não podemos deixar essas empresas à mercê da influência político-partidária. Estou falando de BRB, estou falando de Caesb, estou falando de CEB, empresas que arrecadam e é importante que continuem como públicas no Distrito Federal, Sr. Presidente.

Então, para encerrar a minha fala, mais uma vez, quero reforçar a importância de que o discurso seja coerente com a prática. Para educação de qualidade ser prioridade no governo, tem que assinar o cheque e colocar o dinheiro na conta.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Joe Valle.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

S.Exa. encontra-se em viagem.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho novamente a esta tribuna, na realidade, só para ressaltar um acontecimento que ocorreu ontem, Deputado Chico Vigilante, no aeroporto de Brasília. Uma empresa aérea aqui do Brasil, a Avianca, mais especificamente, não deixou que uma criança de 2 anos e 7 meses embarcasse em um voo para Maceió. A negativa para que ela não entrasse no voo foi simplesmente porque o pai dela preencheu um requerimento informando que a criança tem epilepsia. A empresa teve o entendimento de que a criança não poderia fazer o voo de Brasília para Maceió por ter epilepsia, mesmo com o relatório do seu neuropediatra autorizando a viagem, dizendo que ela estava apta a entrar no avião, independente da pressurização da cabine, que isso não iria afetar questões neurológicas dela. O que eu quero ressaltar aqui é que esse tipo de situação acontece todos os dias. Quero parafrasear o Deputado Chico Leite e dizer que, no mínimo, é para se lamentar esse tipo de preconceito no século XXI com pessoas que têm doença como a epilepsia. É um absurdo que uma empresa aérea que tenha, Deputado Bispo Renato Andrade, autorização da Agência Nacional da Aviação Civil, possui um protocolo para transportar pessoas com doenças raras, proíba o transporte de uma criança que estava acompanhada pelo seu pai para fazer a viagem a Maceió. Sei que a Câmara Legislativa não tem prerrogativa para cassar ou até mesmo propor alguma punição a essa empresa aérea, mas a Câmara Legislativa do Distrito Federal não pode se furtar de, no mínimo, repudiar esta ação dessa empresa aérea, que não é brasileira, é colombiana, está exercendo suas atividades aqui no Brasil e deve obedecer às leis brasileiras, mas, infelizmente, utiliza o preconceito para sectarizar aqueles que irão usar suas aeronaves.

Quero aqui expressar o meu repúdio e, mais uma vez, citar a importância da instalação da comissão especial em defesa dos direitos das pessoas com epilepsia. São casos como esse que esta comissão especial quer trazer à tona; são casos como esse que esta comissão especial quer combater para que nós venhamos a viver em uma cidade livre do preconceito, principalmente para aqueles que vivem com doenças raras. Aqui, quero expressar o meu repúdio a essa decisão da Avianca em não permitir que uma criança de 2 anos e 7 meses, como está noticiado hoje no jornal *Correio Braziliense*, prosseguisse sua viagem de Brasília para Maceió só porque tem epilepsia. Então, quero aqui, Deputado Bispo Renato Andrade, expressar o meu repúdio e pedir que esta Casa, se possível, assine conosco essa moção, assine conosco esse repúdio que apresentaremos contra essa atitude preconceituosa da Avianca.

Muito obrigado. (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Concedo a palavra ao Deputado Agacieli Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, professores e orientadores na galeria.

Coincidentemente ou não – nem todos sabem –, hoje é o Dia da Educação. De manhã, realizamos dois movimentos aqui, com uma grande audiência, referentes à educação. Um, coordenado pelo Deputado Wasny de Roure, com a ilustre presença do nobre Deputado Prof. Israel, a respeito da situação dos CILs – Centros Interescolares de Línguas –, da necessidade de expandirmos e ampliarmos o acesso democrático a um novo idioma pela população do Distrito Federal. E, neste plenário, na companhia do Deputado Joe Valle, participamos da sessão solene em homenagem ao Dia da Educação, com a presença do Secretário de Educação, de representantes dos pais e de todos os segmentos da comunidade escolar. A conclusão é óbvia: não se faz um país melhor sem investimentos em educação. Investimento em educação passa pelo capital humano, não só na contratação dos profissionais, mas na qualificação desses profissionais. Muitos já falaram aqui, e nós temos que nomear urgentemente os professores aprovados no concurso público do ano passado. (Palmas.) Não pelos professores em si, mas pela necessidade que a educação tem. Muitas escolas ainda estão sem professores. Tenho sido repetitivo e enfadonho, batendo nessa tecla o tempo todo, mas baterei nessa tecla até que o problema seja sanado. Não é admissível que crianças fiquem fora da escola em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tiremos dinheiro de qualquer outro lugar. Vamos passar a investir nas pessoas e não nas coisas, mas crianças não podem ficar fora de sala de aula em virtude da inoperância ou da má gestão de alguns administradores. O futuro não pode pagar pelo erro de alguns gestores. Então, nomeação imediata para resolver os problemas dos professores e das crianças do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu peço licença ao Deputado Raimundo Ribeiro.

Presidente, há pouco eu ouvi um comunicado do Câmara em Movimento de que a sessão de quinta agora foi remarçada, em razão do aniversário de Sobradinho, para o dia 14. O aniversário de Sobradinho é dia 13. Para o dia 14 – aproveitando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

que a Presidenta Deputada Celina Leão está em plenário –, nós já tínhamos aprovado aqui uma comissão geral, com a presença do Presidente do Metrô, para discutir mobilidade urbana neste plenário. Então, eu queria dar a sugestão de que, como o aniversário de Sobradinho é dia 13 – eu sei que dia 13 é quarta-feira –, fosse feita lá no dia do exato aniversário, e dia 14 nós pudéssemos fazer a nossa comissão geral tão importante para o Distrito Federal. Meu pedido é nesse sentido.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Leite, primeiramente, eu quero colocar algumas questões que são importantes sobre a mudança da data, atendendo até a um pedido do Deputado Ricardo Vale, que estaria fora na semana. Eu não tenho nenhuma objeção. Até eu acho que o Deputado Raimundo Ribeiro também não teria – não é? –, pois é uma região de trabalho político também do Deputado Raimundo Ribeiro. Se a gente mudasse, a gente não teria prejuízo num debate importante como esse. Então, se não houver objeção de nenhum dos Parlamentares – até mesmo porque esta Casa tem que ser dinâmica para atender ao interesse coletivo e atender à sociedade – a gente pode, sim, acatar o pedido de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, professores, conselheiros tutelares que aqui estão, usamos a tribuna neste momento, Deputado Prof. Israel, em que o Deputado Prof. Reginaldo Veras tão bem lembrou que é o dia da educação... Na verdade, os 365 dias são da educação, mas hoje se dedica o dia à educação.

A nossa vinda agora a esta tribuna, Presidente, é para tratar de um assunto para o qual há muito tempo, antes mesmo de iniciar o nosso mandato, nós já estamos buscando uma solução, e aí entra exatamente nessa questão da educação. Nós temos uma sistemática na administração pública que, em alguns casos, quando aplicada, se torna injusta ou, muitas vezes, não atinge seu objetivo. Estou me referindo à questão dos concursos. Aqui nós temos uma galeria lotada de pessoas que foram habilitadas em concurso público. Entretanto, essa questão de cadastro reserva, de limitação, para atender muitas vezes... E aí, fugindo do foco original, que é a gente servir à população, muitas vezes, limita-se o cadastro a um número x, como se aquelas pessoas que foram consideradas aptas a exercer aquele mister não pudessem exercê-lo.

Então, a nossa manifestação aqui é no sentido de que possamos apoiá-los, como o Tribunal de Contas do Distrito Federal já vem fazendo, como vários



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Parlamentares desta Casa já vêm fazendo, e como alguns setores da administração pública, notadamente da área de educação, também já vêm fazendo. Que esta Casa assuma esta luta em favor da convocação de todos os profissionais que já demonstraram via concurso público estarem aptos para exercer essa função de professor.

Contudo, esse apelo nosso se deve também, Deputado Prof. Israel, a outra questão que nós sabemos que vem nos afligindo há muito tempo. Não é de hoje que a qualidade do ensino no Distrito Federal vem decrescendo, e não é por culpa dos professores que remanescem ali. Nós sabemos que a questão estrutural tem atingido, afligido e aviltado muito esta situação. E aí o nosso apelo é no sentido de que voltemos os nossos olhos para a verdadeira interpretação das ações administrativas. Quando nós realizamos um concurso público e consideramos as pessoas aptas a exercerem aquele mister, aquelas pessoas estão aptas, nós não podemos ficar nos prendendo a questões de cadastro reserva, de prazo de validade, isso e aquilo, porque isso tudo é norma de caráter apenas secundário. O principal objetivo que nós temos é atender à população, é dotar a administração pública, notadamente a área de educação, de profissionais habilitados, capacitados a exercerem o seu mister. O nosso apelo aqui é que esse pleito dos professores concursados seja endossado não apenas por alguns Parlamentares, mas por toda esta Casa. Que o conjunto dos Parlamentares possa apresentar ao Poder Executivo a proposta no sentido de que esses professores venham realmente preencher os clarões que existem na máquina administrativa. Até porque começamos o ano letivo de uma forma muito ruim. Acredito que todos se lembram de que ocorreu o adiamento do início do ano letivo por uma série de problemas, mas notadamente pela falta de profissionais. Sabemos que existem vagas dentro da administração pública, e temos os profissionais aptos para preencher essas vagas, que foram concursados e que estão apenas perseguindo o direito de exercer a função para a qual já se mostraram habilitados.

Fica aqui o nosso apelo à Casa para que possamos endossar uma moção, uma proposta ao Governo do Distrito Federal, no sentido do aproveitamento o quanto antes desses profissionais de educação que querem tão somente trabalhar, e trabalhar naquilo que demonstraram, por intermédio de concurso público, estarem aptos para fazê-lo.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero saudar os presentes na galeria, saudar todos os professores que estão à espera da oportunidade de trabalho no serviço público. É muito triste quando ligamos a televisão, vemos a falta de professores e a possibilidade de contratação imediata, como percebemos no caso em concreto. Podem contar com nosso apoio. Estamos acompanhando isso de perto através do Ricardo, nosso chefe de gabinete, que está participando de todas as audiências junto com vocês. Contém também com esta Presidência.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, tenho duas solicitações. A primeira é a inclusão na pauta das moções apresentadas pelo Deputado Bispo Renato Andrade, do meu bloco, que foram lidas; a segunda é a retirada de votação do item nº 117. Se houver acordo entre os Líderes, peço que votemos os requerimentos e as moções em bloco, ressalvada a moção constante do item nº 117; ou seja, solicito inversão da pauta para votarmos os requerimentos e as moções, e depois os projetos de lei que estão elencados e foram acordados no Colégio de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Rodrigo Delmasso.

Consulto aos Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 112, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da pauta. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a V.Exa. a inclusão do requerimento que acaba de ser lido, porque nós estamos requerendo a realização de uma comissão geral para debater as chamadas organizações sociais na saúde do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido de V.Exa., Deputado Chico Vigilante, e o incluo na votação, hoje, dos requerimentos e moções.

Consulto aos Líderes se há acordo para votarmos requerimentos e moções em bloco, pelo processo nominal.

Eu passo a Presidência ao Deputado Robério Negreiros, porque há requerimento de minha autoria.

(Assume a Presidência o Deputado Robério Negreiros.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Convido a Deputada Celina Leão a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Apreciação das moções e requerimentos em bloco.

Item nº 118:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 42, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Mestre Romeu pelo relevante trabalho prestado à comunidade como educador da Capoeira”.

Item nº 119:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 43, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, os médicos da Unidade de Pediatria do Hospital Materno Infantil de Brasília – HMIB”.

Item nº 120:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 44, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, os enfermeiros da Unidade de Pediatria do Hospital Materno Infantil de Brasília – HMIB”.

Item nº 121:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 45, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, os técnicos de enfermagem da Unidade de Pediatria do Hospital Materno Infantil de Brasília – HMIB”.

Item nº 122:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 46, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, os auxiliares de enfermagem da Unidade de Pediatria do Hospital Materno Infantil de Brasília – HMIB”.

Item nº 123:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 47, de 2015, de autoria do Deputado Dr. Michel, que “manifesta votos de apoio ao Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Laerte Bessa (PR-DF) como relator na Comissão Especial da Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos”.

Item nº 124:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 50, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os enfermeiros e técnicos de enfermagem do Distrito Federal pelo seu dia”.

Item nº 125:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 206, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “requer a constituição de Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência”.

Item nº 126:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 486, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros, que “requer a realização de audiência pública em 16 de junho de 2015, às 19 horas, na Feira do Gama, para debater a situação da Feira do Gama”.

Item nº 127:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 487, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros, que “requer a realização de audiência pública em 29 de abril de 2015, às 19 horas, no Shopping Popular de Ceilândia, para debater a situação do Shopping Popular de Ceilândia”.

Item nº 128:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 492, de 2015, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que “requer a realização de audiência pública sobre novos rumos da papiloscopia no Distrito Federal, no dia 15 de junho de 2015, às 19h, no plenário da Câmara Legislativa”.

Item nº 129:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 506, de 2015, de autoria da Comissão de Defesa do Consumidor, que “requer a realização de comissão geral para discutir a questão da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de telefonia móvel no Distrito Federal”.

Item nº 130:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 507, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “requer a realização de audiência pública para discutir as medidas de enfrentamento contra os diversos tipos de violência contra os idosos”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 75, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Sr. Francisco Valdenir Machado Elias, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, bem como a luta por melhores condições de trabalho aos feirantes do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 76, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta votos de louvor e parabeniza a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Federação Espírita do Distrito Federal por ocasião da realização do seu 3º Congresso no Centro de Convenções Ulysses Guimarães”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 77, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Arcebispo de Brasília, Dom Sérgio da Rocha, por ocasião da sua eleição para presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 78, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta apoio e solidariedade aos aprovados no concurso para professor e orientador educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal 2013, no sentido de que o Sr. Governador do Distrito Federal tome medidas para invalidação do Subitem 9.1 (professor) e 9.5 (orientador), dos respectivos editais, por vício de legalidade, economicidade, conveniência e oportunidade”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 79, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta repúdio à extinção da Secretaria Especial do Idoso do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 521, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “requer a realização de comissão geral para debater as organizações sociais nas unidades de saúde pública do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 4, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj e outros, que “requer à Mesa Diretora sejam tomadas providências no sentido de constituir a Comissão Especial em Defesa da Educação Infantil na rede pública do Distrito Federal”.

Em discussão os requerimentos e as moções. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se o Regimento permitir, eu gostaria de solicitar a inclusão da moção de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

minha autoria, porque precisamos fazer essa entrega o mais rápido possível. O meu assessor vai encaminhar a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inclusão de uma moção de minha autoria que congratula Dom Sérgio, que foi eleito presidente da CNBB em uma votação histórica. Ele é bastante reconhecido pelo seu trabalho em Brasília. Recentemente, esteve nesta Casa em uma atividade promovida pelo nosso mandato, que foi o lançamento da Campanha da Fraternidade. Então, peço a V.Exa. que defira minha solicitação e a inclua na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Incluo os seguintes itens para votação em bloco:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 80, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os artistas que menciona pela relevante contribuição à música regional brasileira, especialmente pela divulgação da música sertaneja no Distrito Federal e na região do Entorno”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 81, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor ao arcebispo de Brasília, Dom Sérgio da Rocha, pela eleição como presidente da CNBB”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 82, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que “manifesta votos de louvor aos policiais militares que especifica”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os requerimentos e as moções; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	27



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 28/04/2015

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL



VOTAÇÃO EM: ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC

☐ CDESCTMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI Nº(S):

☒ MOÇÃO Nº(S): 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81 e 82 de 2015

☒ REQUERIMENTO Nº(S): 4, 206, 486, 487, 492, 506, 507 e 521 de 2015

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☐ AUTORIA: DEPUTADO(A) ☐ VÁRIOS DEPUTADOS

☐ Poder Executivo

☐ RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP			X			
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JÚLIO CÉSAR	PRB			X			
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	PROFESSOR ISRAEL	PV	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT			X			
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			19		5			

SECRETÁRIO DA SESSÃO

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Estão aprovados os requerimentos e as moções.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa de Brasília – RA I, e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas duas emendas na Comissão de Assuntos Fundiários. A Comissão de Assuntos Fundiários e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa de Brasília – RA I, e dá outras providências”.

Compete à Comissão de Assuntos Fundiários, nos termos do art. 68, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, analisar e emitir parecer de mérito sobre matérias que tratem de normas gerais de construção e utilização de bens públicos.

A prorrogação pode ser justificada tendo em vista que a proposta para o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB está sendo rediscutida pelos órgãos públicos responsáveis, entidades da sociedade civil e comunidade e será reapresentada nesta Casa. Uma vez que novos estudos promovidos pela SEGETH – Secretaria de Gestão do Território e Habitação poderão alterar parâmetros relativos à ocupação de área contígua às lojas do Comércio Local Sul, consideramos oportuno que o prazo para adequação dos estabelecimentos seja estendido sem que haja necessidade de adaptações posteriores.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2015, quanto ao mérito, na forma da Emenda Modificativa nº 3 da CAF, que foi elaborada para adequar a proposição somente para a prorrogação de prazo. Em tempo hábil, o Poder Executivo encaminhará a esta Casa o objeto da cobrança pela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

área de ocupação. Somos pela rejeição das Emendas Aditiva nº 1 e Modificativa nº 2, apresentadas na CAF.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Quero saudar os conselheiros tutelares que se encontram aqui no plenário. Sejam bem-vindos. (Palmas.)

A Presidência designa a Deputada Sandra Faraj para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa de Brasília – RA I, e dá outras providências”.

Sra. Presidente, manifestamo-nos pela admissibilidade do Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2015, no âmbito dessa CCJ, nos termos do parecer aprovado na Comissão de Assuntos Fundiários. Aprovada a Emenda Modificativa nº 3 e rejeitadas as Emendas nºs 1 e 2.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu só gostaria de fazer um rápido registro, já que não entramos praticamente no debate, pelo acordo de Líderes. Eu quero cumprimentar os colegas Deputados que tiveram a lucidez de separar as matérias. Uma é a condição de continuidade, e a outra é o pagamento por ocupações da área. São matérias distintas e envolvem, inclusive, outros segmentos. Foi de uma prudência ímpar. Portanto, a substituição do projeto de lei original foi de um discernimento muito grande da equipe técnica desta Casa, das assessorias dos Srs. Relatores e Deputados que ajudaram a construir. Acho que isso tranquiliza muito mais, porque a matéria remuneratória de pagamento por ocupação de áreas públicas tem toda uma particularidade, uma legislação específica. Portanto, a sua separação foi extremamente pertinente. Parabéns aos Srs. Deputados Relatores e àqueles que discutiram a matéria no Colégio de Líderes pela lúcida iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 28/04/2015



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO
☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☒ CSEG ☐ CESC
☐ CDESCTMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):
☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S): 14/2015
☐ PROJETO DE LEI Nº(S):
☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S):
☐ REQUERIMENTO, RECURSO, PROCESSO Nº(S):
☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):
☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO
☐ AUTORIA: DEPUTADO(A) ☒ Poder Executivo
☐ RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP			X			
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JÚLIO CÉSAR	PRB			X			
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	PROF. ISRAEL	PV	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB			X			
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT			X			
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN			X			
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			17		7			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA LILIANE RORIZ



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 395, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre os conselhos tutelares do Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Apresentada uma emenda de plenário.

A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e a emenda.

Solicito ao Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, Deputado Joe Valle, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

Na ausência do Presidente, solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, Deputado Rodrigo Delmasso, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Rodrigo Delmasso, que emita parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle sobre a matéria.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle ao Projeto de Lei nº 395, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 5.294, de 3 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre os conselhos tutelares do Distrito Federal e dá outras providências”.

A Emenda Modificativa nº 1 ao Projeto de Lei nº 395, de 2015, estabelece esta alteração do art. 2º: “O art. 49 da Lei nº 5.294, de 3 de fevereiro de 2014, passa a vigorar acrescido do § 1º e do § 2º, com as seguintes redações:

§ 1º Cada leitor poderá votar em cinco candidatos da região administrativa, independente da quantidade de conselhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

§ 2º No caso de insuficiência de candidatos habilitados na região administrativa, a eleição ocorrerá em conjunto com a região administrativa da qual foi desmembrada.”

Assinada pelos Deputados.

Esta comissão, com base no Regimento Interno da Câmara Legislativa, designada para dar parecer de mérito, é pela aprovação do projeto de lei e acatamento da Emenda Modificativa nº 1.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Luzia de Paula, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para emitir parecer.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	34



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA

PARECER Nº 2015

**Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
sobre o PROJETO DE LEI Nº 395, DE 2015,
que "Altera dispositivos da Lei nº 5.294,
de 13 de fevereiro de 2014, que "dispõe
sobre os Conselhos Tutelares do Distrito
Federal e dá outras providências."**

I – RELATÓRIO

Submete-se a exame desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 395, de 2015, de iniciativa do Poder Executivo, que objetiva introduzir alterações na Lei nº Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que "dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências".

Na Mensagem nº 68/2015-GAG, de 22 de abril de 2015, encaminhada a esta Câmara Legislativa pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, consta que a justificativa do projeto encontra-se na exposição de motivos da Senhora Secretária de Estado de Políticas para Crianças, adolescentes e Juventude, solicitando adiante, o Chefe do Executivo, que a matéria seja apreciada em regime de urgência, nos termos previstos no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Por sua vez, na Exposição de Motivos nº 001/2015-GAB/SECRIANÇA, de 17 de abril de 2015, a Senhora Secretária de Estado de Políticas para Crianças, adolescentes e Juventude, alega que a proposta tem por fim adequar a redação do parágrafo único, do art. 46, da Lei nº 5.294/2014, qual seja isentando os conselheiros tutelares que tenham exercido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do mandato da obrigação de realizar o exame de conhecimento previsto no inciso I do mencionado artigo. O mandamento atual diz que esse prazo é de dois anos.

Com a finalidade de justificar a alteração sugerida para o art. 49 da mesma Lei nº 5.294/2014 com a inclusão do parágrafo único, a Senhora Secretária afirma que a mesma visa assegurar o direito dos cidadãos de escolherem os membros do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	35



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA

Conselho Tutelar de sua Região Administrativa, tendo em vista o Conselho representar a própria comunidade na proteção do bem maior da nação, que são as crianças e os adolescentes, seguindo assim deliberação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA), por meio da Resolução Normativa nº 72, de 09 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), edição do dia 16 de abril de 2015.

A proposta foi distribuída na CLDF para as Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição e Justiça, com o intuito de que sejam proferidos os competentes pareceres de mérito, constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação.

Foram apresentadas, no prazo regimental, duas emendas à proposição, sendo uma aditiva, de autoria da Relatora, e outra modificativa de iniciativa de vários parlamentares.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Em conformidade com o art. 65, inciso I, alínea "d" do Regimento Interno desta Casa, compete a Comissão de Assuntos Sociais analisar e, quando necessário, emitir parecer sobre o mérito das matérias que versem sobre proteção à infância, à juventude e ao idoso.

A proposta em exame, de autoria do Chefe do Poder Executivo, objetiva alterar a redação do parágrafo único do art. 46 e introduzir parágrafo no art. 49 da Lei Distrital nº 5.294, de 2014, a qual dispõe sobre a organização e funcionamento dos Conselhos Tutelares no âmbito do Distrito Federal.

Entendemos que a alteração que se propõe para o parágrafo único do citado art. 46 é apenas de redação, uma vez que suprime a exigência de realização do exame de conhecimento para os conselheiros tutelares aprovados anteriormente que tenham exercido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do mandato. O texto atual diz que esse prazo é de dois anos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA



O mandato de conselheiro tutelar é de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, conforme disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 5.294/2014. Para os atuais conselheiros, empossados em 2013, o mandato é de apenas de três anos, para eles vale a regra proposta no projeto em comento.

A verdadeira mudança por nós vislumbrada refere-se a introdução do parágrafo único no art. 49 da mencionada Lei nº 5.294/2015, visto que atualmente o cidadão vota em cinco candidatos, ou seja, o limite estabelecido para o número de vagas de cada Conselho Tutelar. A partir da alteração apresentada, busca-se fazer com que o eleitor passe a votar apenas em um candidato, sagrando-se eleitos os cinco mais bem votados.

Entendemos, porém, ser necessário garantir maior proteção para os Conselhos Tutelares, à existência deles, livrando-os do risco de serem extintos quando da fusão ou mesmo da extinção de quaisquer das Regiões Administrativas do Distrito Federal, tal qual se tentou fazer recentemente por meio do Projeto de Lei nº 182/2015, que propunha a reestruturação das Regiões Administrativas e a regulamentação da escolha dos Conselhos de Representantes Comunitários. A proposta foi retirada de tramitação pelo Chefe do Poder Executivo.

Diante de tal fato, propomos uma emenda aditiva à Lei nº 5.294, de 2014, introduzindo o art. 89 à norma com a renumeração dos seguintes, vedando o fim de quaisquer dos Conselhos Tutelares no caso de fusão ou extinção de Região Administrativa, buscando, assim, evitar prejuízos para as crianças e adolescentes do Distrito Federal.

Outra emenda que foi apresentada à proposição, de iniciativa de vários Deputados, propõe alterar a redação do art. 2º do projeto de lei, acrescentando os §§ 1º e 2º ao art. 49 da Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014. Pela emenda cada eleitor, conforme o § 1º, poderá votar simultaneamente em cinco candidatos, independente da quantidade de conselhos, já § 2º diz que em havendo insuficiência de candidatos habilitados na Região Administrativa, a eleição ocorrerá em conjunto com a Região Administrativa da qual foi desmembrada, com a qual concordamos, tendo em vista facilitar a realização do pleito pelo Poder Executivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	37



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA

Diante do exposto, nos manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 395, de 2015, no âmbito desta Comissão, com o acatamento das duas emendas propostas, a primeira pela Relatora e a outra por vários Deputados.

É o parecer.

Sala das Comissões, em.....

Deputado.....
Presidente


Deputada LUZIA DE PAULA
Relatora



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, acho que houve um grande esforço desta Casa, e quero registrar a contribuição da audiência pública que o Deputado Rafael Prudente proporcionou a todos os Deputados. Não pude estar presente – acompanhei um pouco distante –, mas pude conversar, em vários momentos, com vários conselheiros.

Sra. Presidente, é extremamente importante levar em conta que os relatores estão simplesmente reforçando aquilo que foi implantado, no qual, inclusive... Chegaram os atuais conselheiros... pudesse ser renovado e dada a oportunidade ao novo conjunto de conselheiros.

A emenda – não tive oportunidade de assiná-la, mas estou de acordo e irei votar nela – é extremamente positiva, pois reforça uma metodologia. Temos tido um problema muito sério e, de acordo com circunstâncias muito pontuais, as metodologias são mudadas. Precisamos, principalmente nós, do Legislativo, ter um entendimento com a devida profundidade das argumentações. Portanto, votarei nessa proposta porque o entendimento desta Casa, juntamente com o dos atuais conselheiros, que estão em interação com a sociedade civil, é esse.

Se o Ministério Público e o CDCA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente têm outras avaliações, eles têm que torná-las acessíveis a todos nós, para não ficarmos à mercê de cada momento eleitoral, em um patamar que disciplina essa ou aquela regra. Precisamos dar estabilidade e credibilidade. Qualquer alteração deve passar por um amplo debate e não às vésperas de um processo eleitoral, a partir dessa ou daquela convicção.

Portanto, vou seguir as duas emendas propostas no plenário desta Casa.

Sra. Presidente, eu gostaria de registrar aqui a participação, nesse processo, do Presidente da Associação dos Conselheiros, Sr. Oziel, a experiência dele, e também a contribuição de outros conselheiros, que vêm trabalhando *pari passu* com a comunidade do Distrito Federal, em diferentes regiões administrativas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wasny de Roure.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero apenas cumprimentar os conselheiros tutelares e dizer que esta Casa cumpre o seu papel com a aprovação desse projeto. Lembro-me de que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

um ponto de discussão foi a questão de os moradores poderem votar em cinco conselheiros, em cinco candidatos, e a Câmara conseguiu evoluir nesse sentido. Então, acho que a gente foi ao encontro do que os conselheiros demandavam desta Casa. Da mesma maneira, não posso deixar de fazer uma referência aqui ao Líder do Governo, Deputado Julio Cesar. Desde o momento em que esse projeto estava sendo elaborado pelo governo, ele tratou comigo desta questão do número de conselheiros em que a comunidade poderia votar. Ele está hoje em viagem, mas foi um grande defensor desse projeto e certamente, se pudesse, estaria aqui, votando favoravelmente aos conselheiros tutelares.

Então, fica aqui o meu apoio a todos os conselheiros tutelares. Espero que o projeto venha a corroborar com a atividade de vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui cumprimentar os conselheiros tutelares na figura do Ziel; também o Fabiano Lago, que está aqui; o Samuel, e a galera toda que esteve com a gente na audiência. Parabenizo esta Casa, que está cumprindo o seu papel, como disse o Deputado Cristiano Araújo.

Agradeço o apoio dos presentes na audiência pública, os Deputados Julio Cesar, Cristiano Araújo e Bispo Renato; o Ministério Público, que se fez presente na figura do Dr. Nelson, e o pessoal do CDCA, apesar de, infelizmente, um dia depois da nossa audiência pública, ter publicado um relatório que não estava de acordo com os pedidos das pessoas naquele dia.

Esta Casa, hoje, cumpre o seu papel ao colocar no projeto de lei tudo o que realmente foi tratado naquela audiência.

Agradeço a todos os Deputados a compreensão e parabenizo os conselheiros tutelares pela conquista. Parabéns, gente!

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, V.Exa. me designou para coordenar a reunião de Líderes que precedeu esta sessão e nela discutimos a inclusão na pauta de hoje, para votação, do projeto do conselho tutelar, assim como a emenda apresentada. Como coube a mim coordenar a reunião de Líderes, quero fazer um agradecimento especial ao Deputado Wellington Luiz, que é o nosso Líder do PMDB, como também ao Deputado Chico Vigilante, Líder do PT, que foi sensível à inclusão do projeto na Ordem do Dia de hoje – é a reunião de Líderes que define a pauta –, e ao Deputado Rodrigo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Delmasso, que é o Líder do Bloco Amor por Brasília. Registro também o apoio do Deputado Prof. Israel, que é o Líder do PDT, e a presença também, nessa discussão, dos Deputados Prof. Reginaldo Veras, Telma Rufino e Sandra Faraj.

A conclusão dessa votação hoje, Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, deve-se, em grande parte, à colaboração dos Líderes dos blocos, a quem agradeço a dedicação. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Lembro aos Deputados que ainda estamos na discussão das emendas. Sei que muitos Parlamentares já estão usando a palavra para elogiar o projeto, mas ele ainda não foi nem votado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como houve uma emenda modificativa na Comissão de Assuntos Sociais, logo após o parecer da CCJ, precisa haver um novo relatório da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A assessoria já me informou sobre isso. Obrigada, Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, minha questão de ordem é até em complemento àquilo que foi falado pelo Deputado Agaciel Maia com relação à contribuição. Às vezes, a ausência é sentida. Eu quero também registrar a enorme contribuição dada pelo Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, que, neste momento, não se encontra presente em razão da viagem, mas sabemos do esforço que fez para que pudéssemos, hoje, neste momento, estar aqui votando esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Raimundo Ribeiro.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que profira parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 395, de 2015, e à emenda.

Eu gostaria de registrar a ausência justificada do Deputado Julio Cesar. Nós sabemos que S.Exa. foi também um dos grandes entusiastas na modificação do projeto. Quero também parabenizá-lo pela iniciativa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 395, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre os conselhos tutelares do Distrito Federal e dá outras providências”.

O Projeto de Lei nº 395, de 2015, de autoria do Poder Executivo, visa alterar dispositivos da Lei nº 5.294, de 2014, que versa sobre os conselhos tutelares. A lei estabelece que, no processo de escolha, o exame de conhecimento específico, de caráter eliminatório, não se aplica aos conselheiros tutelares já aprovados anteriormente em exame de conhecimento que exerceram o mandato por, no mínimo, dois anos.

O projeto visa alterar a redação para que o exame de conhecimento específico de caráter eliminatório não se aplique aos conselheiros tutelares já aprovados anteriormente em exame de conhecimento e que exerceram, no mínimo, 50% do mandato.

Além disso, estabelece que cada eleitor somente poderá votar em um candidato a conselheiro tutelar.

Foi apresentada uma emenda modificativa, de autoria de vários Deputados, que tem por objetivo estabelecer que cada eleitor poderá votar em cinco candidatos da região administrativa, independentemente da quantidade de conselhos e que, no caso de insuficiência de candidatos habilitados na região administrativa, a eleição ocorrerá em conjunto com a região administrativa da qual foi desmembrada.

Assim, nosso voto é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 395, de 2015, nos termos da Emenda Modificativa nº 1, de Plenário, e da Emenda nº 2, apresentada na CAS.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam ao parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

É importante esclarecer aos Deputados que a Deputada Luzia de Paula fez uma emenda muito importante para os conselheiros tutelares: em qualquer região administrativa que for extinta, o conselho tutelar não será extinto. É essa a proposta da Deputada Luzia de Paula.

Solicito ao Deputado Rodrigo Delmasso que emita parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle sobre a emenda da Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle à Emenda Aditiva nº 2, de 2015, que esclarece que é vedada a dissolução de qualquer dos conselhos tutelares em razão de fusão e/ou extinção de administração regional, ao Projeto de Lei nº 395, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei n.º 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, que ‘dispõe sobre os conselhos tutelares do Distrito Federal e dá outras providências’”.

Chegou a esta Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle para análise do mérito da referida emenda, e aqui, com base no Regimento Interno desta Casa, encaminho pela aprovação da referida Emenda Aditiva nº 2, encaminhada pela Comissão de Assuntos Sociais, presidida pela ilustre Deputada Luzia de Paula.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 395, de 2015.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que é importante pontuarmos aqui o papel fundamental do Presidente da Associação, Ziel, que, juntamente com uma comissão de conselheiros, procurou todos os Deputados. E quando eles me procuraram, eu falei para eles: “Os Deputados têm a maior vontade de apresentar o projeto, mas não adianta apresentarmos, porque o projeto seria considerado inconstitucional por vício de iniciativa. Portanto, vamos convencer o governo a mandar o projeto”. Conversei com o Chefe da Casa Civil. Muita gente fala mal dele,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

mas é importante dizer as coisas como elas são. E o Ziel foi conversar com o Hélio Doyle e convenceu o governo a mandar o projeto, que o mandou. Ainda havia algumas questões que deveriam ser emendadas, e nós as emendamos. Agora, acho importante ficar claro para algumas pessoas que ainda estão criticando que o poder aqui, Deputada Celina Leão, é o poder de quem tem voto. Portanto, estamos votando e sabemos, efetivamente, o que estamos votando. E estamos votando porque a população nos designou através do voto. E é a mesma questão com relação a vocês. Não adianta um conselho nomear, querer se sobrepor a vocês, porque vocês são fruto do debate e do voto da comunidade. É a comunidade quem elege vocês. (Palmas.) Quando alguém vem me falar que votar em cinco pode formar chapa, eu falo: quando há duas vagas de senadores, nós não votamos em dois senadores? Votamos em dois senadores. Portanto, se votamos em dois senadores, como é que queremos proibir que a população eleitora, que vai votar nos conselheiros, vote em mais de um? É querer zombar da inteligência das pessoas, de quem vai eleger vocês. Por isso estamos aprovando. Não queremos afrontar ninguém, mas a decisão é nossa.

Eu queria rapidamente pontuar, Deputada Celina Leão, que tenho visitado alguns conselhos, e a situação é complicada ainda. Por exemplo, o 5/7, lá da Ceilândia Norte, eu visitei – e está ali a nossa querida conselheira –, é uma situação grave, porque todo mundo sabe que a 5 – a Deputada Luzia de Paula, que é moradora de Ceilândia, sabe, bem como o Deputado Prof. Reginaldo Veras –, aquela região é uma região de tráfico pesado. Ali existem quadrilhas, que não gostam muito dos conselheiros porque os conselheiros ficam exatamente tirando os adolescentes da possibilidade de serem tragados pelo crime. Chego lá, o prédio até que está arrumadinho, mas o banheiro está interditado, porque a bomba do esgoto – não é, minha querida conselheira? – está quebrada. Disseram para eles irem ao estabelecimento vizinho. Portanto, é outra questão nossa aqui da Câmara. Temos que cobrar do governo para equipar e dar condições melhores para os conselheiros tutelares, porque, na maioria das vezes, são vocês que mexem com o substrato da sociedade. Muitas vezes, são adolescentes e crianças cujos pais não dão conta mais de cuidar, mas vocês cuidam deles com carinho. Ser conselheiro não é profissão, é missão. E vocês estão, realmente, desenvolvendo essa missão que a população lhes confiou. A nossa bancada, a bancada do Partido dos Trabalhadores, vai votar a favor do projeto, e nós temos muito prazer em votar, porque esse é um voto prazeroso. Nós sabemos o papel que vocês desempenham para a sociedade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro eu queria parabenizar esta Casa porque, mais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

uma vez, a Câmara Legislativa do Distrito Federal ouve a voz das ruas quando acata uma sugestão da Associação dos Conselhos Tutelares aqui do Distrito Federal para dirimir uma injustiça que estava acontecendo, principalmente na questão da eleição para o conselho tutelar. Quero deixar bem claro que a eleição para o conselho tutelar não é obrigatória, Sra. Presidente, é facultativa, ou seja, aos seus eleitores é facultado votar. Não permitir que o eleitor possa escolher até cinco nomes é acabar com o processo democrático aqui no Distrito Federal. (Palmas.). Em outras cidades, Deputada Celina Leão, nossa Presidente, onde há conselho tutelar, em todas as eleições pode-se votar em até cinco conselheiros. Por que o Distrito Federal quer permitir votar-se somente em um conselheiro? Estranha-me muito, porque a votação somente em um conselheiro iria beneficiar aqueles que economicamente têm mais condições de fazer campanha, de colocar suas campanhas na rua. Então, quero dizer que no Bloco Amor por Brasília, composto por mim, pelo Deputado Bispo Renato Andrade, pela Deputada Luzia de Paula, pelo Deputado Lira e pelo nosso Líder do Governo, que não está presente, nós somos, sim, favoráveis à aprovação desse projeto com a emenda apresentada e aprovada nas comissões, em defesa da democracia e em favor do pulsar das ruas que chegou a esta Casa.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Rodrigo Delmasso.

Eu gostaria só de fazer um registro que acho importante. Em primeiro lugar, quero parabenizar, Deputado Prof. Israel, a coragem da secretária, que se posicionou o tempo todo ao lado dos conselheiros tutelares, que teve coragem de tomar um lado, porque, às vezes, isso é muito difícil no serviço público. Às vezes, as pessoas optam pela omissão ou pela inércia. Então, quero parabenizar a secretária. Nós estamos acompanhando esse processo desde o começo. Quero parabenizar o Governo do Distrito Federal, que encaminhou o projeto para a Câmara Legislativa, mas quero parabenizar principalmente os Deputados, todos aqui que tiveram a coragem, como disse muito bem o Deputado Chico Vigilante, de dar legitimidade a algo que já é legítimo e que é uma conquista, um direito dos conselheiros tutelares: o voto coletivo em cinco conselheiros. Talvez, Deputado Dr. Michel, o conselho não tenha pensado no que poderia ser uma eleição individual. Seria uma eleição egoísta, egocêntrica, com vários conselheiros que hoje trabalham em harmonia, sem disputa. Então, é algo só teórico, está muito longe da prática do dia a dia de vocês. Por isso a importância desta Casa, que se mostrou atenta às necessidades de vocês. Nós estamos mudando o projeto, inclusive, para melhor, para dar legitimidade aos direitos que vocês conquistaram e ao que vocês fazem todos os dias: preservar o direito das crianças e adolescentes. (Palmas.)

Se houver algum Deputado que não assinou a emenda, que é coletiva da Casa, ela está aqui. Por favor, assinem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, primeiro é um prazer imenso revê-la aqui. Quero cumprimentar toda a galeria, todos aqui. Eu não poderia deixar de descer para cumprimentar todos que estão presentes e dizer que fico aqui me regozijando de alegria ao ver uma situação como essa.

Hoje aconteceu um fato inusitado, que não está na discussão, mas que não posso deixar de contar. Eu fui abordado por um indivíduo do CDC – Conselho dos Direitos da Criança, que veio questionar os meus posicionamentos aqui. Isso é um absurdo! É um absurdo um negócio desses! O rapaz, eu acho que ele não entendeu que nós somos representantes do povo, e os conselheiros tutelares trabalham direto com o povo. Ao fazermos o que é melhor para os conselhos tutelares, estamos cumprindo aquilo que falamos na época de eleição: trabalhamos em prol da sociedade. Agora, vejam vocês, eles parecem que não pensam. Eu disse gnoma e continuo dizendo que o rapaz que veio me abordar é um gnomazinho. Por quê? Por que ele é um gnoma? (*sic*) Porque não pensou no custo que tem uma eleição individual. Daqui a pouco, para ser conselheiro tutelar, as pessoas estarão gastando rios de dinheiro e combatendo umas às outras. Isso é um absurdo! No momento em que nós temos uma chapa com cinco e que se pode votar em cinco, a própria eleição se torna mais viável para a população. As pessoas poderão escolher aqueles que podem representá-las no conselho tutelar. Aí vem o rapaz dizer que não, que ele é que representava as crianças e os adolescentes. Nós, além de representarmos as crianças e os adolescentes, representamos o povo, a sociedade, na qual os conselheiros tutelares estão inseridos.

Eu quero aqui, mais uma vez, parabenizar o meu amigo Rodrigo – só chama de Rodrigo quem é amigo. Rodrigo é o nosso Governador, que teve a sensibilidade de mandar um projeto que contempla a necessidade do conselho tutelar e dos conselheiros, mas também da sociedade, que vai votar. Porque não são só os conselheiros em si, é a sociedade.

Eu quero parabenizar a nossa secretária, que ficou do lado de vocês, apesar de ser Presidenta do CDCA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ela trouxe uma emenda que ajudava vocês também, que era a questão da prova. Já pensou, Sra. Presidenta e meus amigos? Deputado Chico Leite, V.Exa. é o homem do direito, é o homem que entende demais disso. Eu me espelho em V.Exa. e lhe digo o que Estagirita falava: no seu mar de sabedoria, nado eu com minhas pequenas braçadas e não consigo chegar. Pense, Deputado Chico Leite, se V.Exa., a cada três anos, tivesse que fazer um concurso para promotor. Isso não existe. Já pensou eu ter que fazer concurso para delegado a cada ano? Se a pessoa já fez, já foi conselheiro, para que fazer concurso de novo? Não entra na minha cabeça, Sra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Presidenta. Eu sei que estou abusando, mas é que, quando vejo o povo, fico emocionado; o povo realmente me emociona. Eu quis dizer isso porque venho nessa luta com vocês desde quando vocês tinham uma gratificação desse tamaninho, quando eu chamei o nome do homem errado, lá, e ele me deu uma bronca. Como era o nome do homem, vocês que sabem? Do Secretário da Criança, que brigou?

(Manifestação na galeria: “Deoclécio”.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Eu chamei o homem de Deocleciano, ele quase me matou. Então, essa luta vem de muito tempo e, a cada dia que passa, vocês estão sendo mais valorizados porque vocês merecem.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu gostaria de dar uma notícia que acabou de ser divulgada. O Conselho Especial do Tribunal de Justiça, por unanimidade, julgou improcedente a ação e reconheceu a constitucionalidade da Lei Distrital nº 5.351, que “dispõe sobre a criação da Carreira Socioeducativa do Quadro de Pessoal do Distrito Federal”.

Eu queria dar essa notícia, que é muito positiva.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Notícia muito positiva mesmo, Deputada Sandra Faraj. Obrigada.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 352, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 5.002, de 20 de dezembro de 2012, que ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar obras de melhoria do sistema viário, equipamentos urbanos e aquisição de material rodante para o veículo leve sobre trilhos”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidenta, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu gostaria de solicitar algo aos colegas Deputados. Foi entregue a cada um deles uma pasta com o convite do encontro da União Nacional dos Legisladores – UNALE, que ocorrerá na segunda semana de junho. A participação dos Deputados é muito importante, além de seu ingresso como filiados da Unale, pela representação que a entidade possui do ponto de vista dos Parlamentares estaduais.

Muito obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, informo que não há acordo sobre o item nº 3 da extrapauta. Firmamos isso no Colégio de Líderes e mantivemos o nosso entendimento. Então, não há acordo. Inclusive, nós assinamos um requerimento que solicita informações para que possamos votar com segurança. Então, entendemos que podemos esperar para votar em outra oportunidade, após recebermos as informações com relação a ele.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu vou consultar todos os Líderes, Deputado Wellington Luiz, para vermos como fica o encaminhamento dessa votação.

Deputado Prof. Israel, em relação ao item nº 3 da extrapauta, o Deputado Wellington Luiz faz uma solicitação pedindo para que não seja votado. Estou consultando os Líderes. Qual a sua posição, Deputado? É o projeto que trata do financiamento do BNDES para levar o metrô até a Asa Norte.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalho e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – No meu bloco, há acordo para votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Para o Deputado Prof. Israel há acordo.

Deputado Chico Vigilante, há acordo pelo Partido dos Trabalhadores?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, lá na reunião, falamos da necessidade – e é uma coisa que sempre fizemos e vamos continuar fazendo aqui, até para que não se quebre a confiança – de termos os Líderes todos favoráveis a um projeto. Como esse, do meu ponto de vista, não traz nenhum prejuízo à população, ao governo, e especialmente à sociedade, e tendo em vista o apelo do Deputado Wellington Luiz, que tem sido um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

parceiro nesta Casa, constantemente orientando a bancada deles – PMDB, PP – a votarem os projetos, sugiro que pudéssemos esperar para a próxima terça-feira.

Portanto, esse é o apelo que eu faço no sentido de que cheguem as informações que S.Exa. requereu.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidenta, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, o nosso Líder já manifestou, mas eu só quero alertar aos colegas Deputados que foi construído um substitutivo. Há um acordo para um substitutivo. É claro que ninguém pode votar aquilo que não conhece. Então, é importante que cada Deputado conheça o substitutivo tratado pelas assessorias. Naturalmente, nós estamos aqui para obedecer ao Colégio de Líderes, mas é importante saber que a proposta que o governo encaminhou foi substituída por um substitutivo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Agaciel Maia, pela liderança do seu bloco.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, hoje havíamos marcado uma reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para discutir e votar esse projeto, tendo em vista que existe a data do dia 30, mas, em decorrência de compromissos de alguns de seus membros, não foi possível fazer essa reunião pela manhã. Portanto, o projeto não foi votado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças hoje pela manhã. Houve uma discussão na reunião de Líderes, hoje à tarde, e foi colocado isso como um item de pauta, desde que houvesse acordo entre os Líderes, está certo?

Como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Relator do projeto e Líder do bloco, eu sou favorável à votação, desde que haja esse entendimento.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

Então, temos 2 votos sim e 2 votos não.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu gostaria de fazer um apelo, tendo em vista que temos um prazo até o dia 30 para aprovar esse projeto. É um projeto muito importante para a cidade. Eu gostaria de informar os Deputados sobre esse prazo e pedir ao Deputado Wellington Luiz que reconsidere em nome do seu bloco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, entendo o apelo do Deputado Prof. Israel, extremamente responsável nesse sentido, mas as informações não são claras. Fizemos vários questionamentos. Eu acho que, antes de votar, é obrigação do Deputado saber o que está votando e não estar pensando apenas em prazo. Temos que ter segurança em primeiro lugar. Precisamos dar uma resposta para a sociedade, seremos cobrados. É importante que o governo emita as informações para esta Casa e, depois, há o nosso compromisso em votar, aprovar, defender o projeto. Agora, de forma responsável. Acho importante aguardarmos. Tenho certeza de que outros prazos virão, não tenho dúvida.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rodrigo Delmasso, pela liderança do seu bloco.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, hoje, na reunião do Colégio de Líderes, quando foi incluído esse item na pauta – pelo que entendi, se eu não estiver errado –, parece que não houve acordo porque o Bloco Democrático Trabalhista Progressista levantou um questionamento sobre alguns pontos do próprio projeto de lei.

Na realidade, eu acredito no que pode ser decidido pelo Colégio de Líderes – é óbvio que o Plenário é soberano para que se possa decidir ou não –, mas entendo que, neste momento... Não sei quais são as dúvidas, não sei se podemos, talvez, suspender a sessão por cinco minutos para nos reunirmos, levantarmos quais são as dúvidas, dirimi-las e retornarmos à sessão para votarmos ou não essa questão; para que o bloco, talvez, nesses cinco minutos, consiga dirimir as suas dúvidas e retornar à sessão para que possamos votar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rodrigo Delmasso, nós vamos fazer o seguinte: temos um projeto de resolução para votar. Enquanto fazemos isso, vocês definem.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Então, vamos fazer a inversão da pauta?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É, porque ainda temos que votar o segundo turno do projeto dos conselheiros e tudo. Entendeu? Eu preciso de uma definição clara da Liderança do bloco.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero fazer aqui a seguinte sugestão: está aqui o Serginho, que fala pelo governo aqui no plenário, e está ali o Secretário de Relações Institucionais, o Marcão. A sugestão que faço é que eles conversem agora com o Deputado Wellington Luiz para que ele explique efetivamente o que está faltando de explicações a serem dadas para, em seguida, tomarmos a decisão. Da nossa parte, quero adiantar que todas as informações que pedimos foram dadas, foram informadas, mas é importante que tudo esteja claro – viu, Deputado Wellington Luiz?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado Chico Vigilante.

Então, solicito à Liderança do Governo que faça o encaminhamento. Enquanto isso, vamos votar um projeto de resolução. Ok, Deputado Wellington Luiz?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, muito rapidamente, quero responder o que foi colocado pelo Deputado Chico Vigilante. Olhem só, o nosso requerimento é bem claro, ele foi encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. São encaminhamentos técnicos que, na minha opinião, não serão sanados através... Obviamente, há um respeito muito grande pelo conhecimento, pelo posicionamento tanto do Sérgio, que é um amigão de muitos anos, quanto do Marcos Dantas. Agora, neste momento, com certeza, essas dúvidas não serão sanadas. São informações de ordem técnica. Portanto, nós mantemos nosso posicionamento. A informação precisa vir da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. que, enquanto se encaminha a discussão, pudéssemos votar o item nº 114, em primeiro turno, de minha autoria, e o item nº 115, um projeto de decreto legislativo. Todos já passaram por todas as comissões e estão prontos para a votação. São dois projetos simples.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nós vamos acatá-los depois dos itens extrapauta, Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Obrigada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu estou propondo aqui ao Sérgio, – viu, Deputado Wellington Luiz? –, e proponho também a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

V.Exa., enquanto Presidente desta Casa... Todos os compromissos que fazemos aqui, cumprimos. Portanto, estou propondo, Deputado Wellington Luiz, e queria saber sua posição, votarmos esse projeto na próxima terça-feira. Está certo? Portanto, é um compromisso de votarmos na terça.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, desde que as dúvidas que foram encaminhadas sejam dirimidas, não há problema nenhum, obviamente, em votarmos. E, se algum Deputado não concordar, que vote contra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu só gostaria de um esclarecimento por parte do governo, e seria importante isto: se o nosso prazo é 30 agora... Porque senão nós podemos perder o dinheiro.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Nós já verificamos que não há prazo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Esse prazo é estipulado pelo próprio governo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, apenas a título de esclarecimento, esse projeto veio e havia alguns problemas de correção. Por isso nós elaboramos um substitutivo para podermos deixá-lo dentro da técnica legislativa e esclarecermos alguns pontos que estavam distorcidos. A reunião de hoje, pela manhã, foi feita exatamente com o objetivo de aprovarmos esse projeto; reunião esta da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que não deu *quorum*. É lógico que o PMDB tem um membro, que é o Deputado Rafael Prudente, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. No que se refere à data, pelo que está entendido, ela será fixada pela Caixa Econômica, que teria fixado a data do dia 30 para poder dar andamento a esse pedido do Governo do Distrito Federal. O que eu quero informar aos Parlamentares é que eu estou pronto. Estou com o parecer sobre o substitutivo pronto. Se houver um entendimento por parte da Casa para votarmos hoje, o Relator – no caso eu – está pronto para relatar a matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu vou fazer um comunicado de um projeto de resolução, enquanto vocês discutem internamente, para depois voltarmos ao debate.

Comunicado da Presidência: Esta Presidência informa que, quando da votação do Projeto de Resolução nº 8, de 2015, na sessão extraordinária de 7 de abril, foi apresentada uma emenda de plenário que, por lapso da assessoria, não foi apreciada pela Mesa Diretora nem pela Comissão de Constituição e Justiça. Nesse sentido, retorno o projeto à pauta da sessão para apreciação da referida emenda pela Mesa Diretora e pela Comissão de Constituição e Justiça em plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 8, de 2015, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Resolução nº 34, de 1991, que ‘institui a Estrutura Administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências’”.

A Presidência designa a Deputada Liliane Roriz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a Emenda nº 1 de plenário.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora à Emenda nº 1 de plenário ao Projeto de Resolução nº 8, de 2015, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Resolução nº 34, de 1991, que ‘institui a Estrutura Administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências’”.

Incluam-se aos arts. 3º e 4º do Projeto de Resolução nº 8, de 2015, os anexos 1 e 2 com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 3º Ficam extintos os cargos constantes do anexo 1 e criados os cargos constantes do anexo 2 desta resolução.

Art. 4º A Resolução nº 232, de 2007, não se aplica ao disposto no § 1º, IV, do art. 64 da Resolução nº 34, de 1991.

Diante do exposto, somos pela aprovação da emenda, pela sua admissibilidade.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a Emenda nº 1 está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Emenda nº 1 de plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda nº 1 de plenário ao Projeto de Resolução nº 8, de 2015, de autoria da Mesa Diretora, que “altera a Resolução nº 34, de 1991, que institui a Estrutura Administrativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a Emenda nº 1 está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Encerrada a apreciação pelas comissões, ratifico as votações de 1º turno com 13 votos favoráveis e 11 ausências; e a de 2º turno e a redação final, com 14 votos favoráveis e 10 ausências.

Retorno, agora, ao item nº 3. Consulto o Deputado Rodrigo Delmasso, Líder do Bloco Amor por Brasília, se há ou não acordo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu quero sugerir a V.Exa. o seguinte: ainda há outros dois projetos que temos que votar em segundo turno – os puxadinhos e esse projeto aí. Porque se não votarmos os puxadinhos, a lei acaba, e o pessoal vai estar... Bem como o conselho tutelar, que tem que ter as eleições.

Portanto, eu quero propor a V.Exa. que o projeto passe naturalmente por todas as comissões que tem que passar. O Deputado Agaciel Maia está pronto na Comissão de Assuntos Fundiários para dar o parecer. Portanto, passou nas comissões, acredito que serão dadas todas as informações que o Deputado Wellington Luiz está pedindo, e na terça-feira V.Exa. pauta o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu gostaria de fazer a seguinte sugestão, Deputado Wellington Luiz: se o governo conseguir sanar essas dúvidas de vocês nesta semana, e se tiver realmente prazo, e se for mostrado que é o prazo, que votemos amanhã, porque amanhã vamos ter votação normal. Se isso não for



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

sanado, que a gente consiga votar – se o governo conseguir resolver a questão das dúvidas de V.Exas. – na semana que vem, se realmente não tiver prazo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, nós já nos certificamos: não há prazo. Temos certeza absoluta. O prazo é o governo que estipula. Acho que o mais importante, e é uma coisa que a gente precisa resgatar, e V.Exa. sempre cobrou e tem esse cuidado, é que as comissões possam se manifestar para que esta Casa não perca, primeiro, o seu papel de fiscalizadora, e a sua responsabilidade de votar um projeto de tamanha importância. Portanto, mais uma vez, clamo aos colegas, porque essa é a nossa obrigação, para que projetos dessa importância passem pelas comissões e cumpram seu rito normal porque, senão, é melhor acabarmos com as comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Wellington Luiz.

Então, acato a sugestão de V.Exa., Deputado Wellington Luiz. Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que marque a próxima reunião, e que o governo também preste os esclarecimentos necessários ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, é bom lembrar que existe prazo. O Deputado Chico Vigilante e todos que aqui participaram de governo sabem muito bem que a Caixa Econômica tem prazos a serem seguidos e cumpridos. Portanto, se vai estar em nossas mãos essa obrigação desse projeto importantíssimo para o Distrito Federal, não é justo, na expectativa desse crédito para o governo, ficarmos tentando estudar um projeto que já deveríamos ter estudado há muito tempo.

Então, eu queria pedir a compreensão dos colegas para que entendessem que isso tem prazo, e nós sabemos que o prazo está dentro dos próximos dez dias, no máximo, que é o que a Caixa Econômica exige.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu vou fazer uma inversão, porque, geralmente, a gente faz uma solicitação à Presidência, e V.Exa. fez uma solicitação para mim.

Então, fica marcada na terça-feira – atendendo ao pedido de V.Exa. – uma reunião extraordinária para analisar esse projeto que nós não conseguimos votar hoje.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A informação que estamos recebendo do Secretário Parlamentar, Sr. Marcos Dantas, é que na terça-feira nós não temos prazo.

Será que teríamos condição, Deputado Agaciel Maia, de marcar para amanhã a comissão?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, eu não tenho problema nenhum de reunir a comissão, tanto que para a reunião, hoje pela manhã, no sentido de aprovarmos a matéria, vim no horário, e não deu *quorum*. Posso marcar a reunião para amanhã, pela manhã. Não tenho problema nenhum de marcar reunião para amanhã de manhã, mas é necessário que os Deputados saiam daqui com a consciência de que, mesmo na comissão, tem de haver esses esclarecimentos por parte do governo e o convencimento de que o PMDB e o PT, que estão se posicionando contra a votação hoje, amanhã pela manhã já estejam devidamente com essas informações, para que essa reunião seja proveitosa e à tarde tenhamos alguma eficácia no que diz respeito à votação desse projeto, que é importante para o governo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu acho importante os Deputados saberem onde está estipulado esse prazo. Quem criou esse prazo? Onde está determinado o prazo? No projeto não está claro. Então, é importante aproveitarmos a presença do secretário, para que ele informe aos Deputados onde está previsto esse prazo, onde ele foi criado e quem determina esse prazo. Para nós, essa é a primeira e grande dúvida.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a informação passada, não no texto do projeto, mas à comissão, é a de que essa data é estipulada pela Caixa Econômica, que estipula como data limite o dia 30. No entanto, não foi anexado um documento ao projeto no sentido de dizer que há essa obrigatoriedade do dia 30. As informações prestadas pelo governo são de que a Caixa Econômica estipulou o dia 30 como uma condição para protocolar esse pedido de financiamento.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu acho que é fácil solucionar. Há dúvida, não há consenso. Eu concordo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

plenamente com o Deputado Wellington Luiz: se há uma dúvida, não é prudente votar algo com dúvida. Então, vamos deixar para a reunião da CEOF amanhã, mas temos que ter o compromisso de dar *quorum* amanhã. Estão falando em terça-feira, mas temos sessão ordinária amanhã nesta Casa. Temos que ter esse compromisso de vir pela manhã e vir à tarde, já que é um projeto de tamanha relevância para o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É este o acordo que eu gostaria de fazer com os Líderes: se for encaminhado amanhã na votação da CEOF, teremos compromisso dos Líderes para a votação à tarde.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu tenho a responsabilidade, até porque foi a minha assessoria, juntamente com a comissão, que discutiu o substitutivo, e demos toda a contribuição. Eu estava na Casa preparado para ir à reunião da comissão – infelizmente, não foi possível o *quorum* –, mas eu não tenho a menor dúvida de que nós estaremos presentes. É importante que as dúvidas, sejam do substitutivo, do projeto ou dos documentos que o governo enviou, inclusive com relação à data, sejam sanadas, que o governo convença os Deputados.

Eu quero dizer, como membro da comissão, que estarei presente para votar e espero que tenhamos condições para votar no dia de amanhã, porque não podemos correr risco de perder recursos simplesmente por uma questão de envolvimento maior no próprio projeto. Eu sei que não é a intenção do Deputado Wellington Luiz, que é um Deputado responsável. Temos na comissão um dos Deputados mais brilhantes, que é o próprio vice-presidente, o Deputado Rafael Prudente. Portanto, acho que esse problema é passível de ser resolvido, a matéria já está absolutamente disciplinada. A questão da data é uma coisa a ser convencida pelo governo aos Deputados. Da nossa parte não há a menor dificuldade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro uma coisa tem que ficar clara. Neste momento, nós nos somamos ao PMDB, não estamos obstruindo absolutamente nada. Mas é bom que se diga que se quiséssemos fazer diferente e quiséssemos prejudicar, nós teríamos deixado o projeto chegar do jeito que estava ao plenário, e daí alertaríamos aos Deputados que o governo estava abrindo mão da captação de 300 milhões. O projeto, do jeito que veio, abria mão da captação de 300 milhões de empréstimo. Nós mostramos ao Deputado Agaciel Maia que estava errado e precisava ser corrigido. O Deputado Agaciel Maia fez o parecer exatamente corrigindo. É



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

importante que, quando houver prazo, o governo coloque os prazos e os justifique efetivamente. Não vamos ficar nessa de eu afirmar para V.Exa. com absoluta convicção de que não há prazo, e o governo dizer que tem prazo. Deveriam ter pegado na Caixa Econômica a resolução que diz que o empréstimo só pode ser até o dia 30. Até porque, até onde eu sei, o Governo Federal vai lançar um novo pacote, no bom sentido, de investimentos em infraestrutura no valor de 150 bilhões de reais, a serem gastos nos próximos anos. E aí eu já quero adiantar para V.Exa.: vai ser a hora de esta Câmara Legislativa mostrar efetivamente para que nós estamos aqui. Somos nós, do Poder Legislativo, Deputado Wellington Luiz, que devemos buscar a inclusão do Distrito Federal nos projetos, para que possamos captar parte desses 150 bilhões de reais que vão ser investidos em infraestrutura, e Brasília ainda tem muita infraestrutura a ser feita.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, cada vez que se busca explicar, aumenta ainda mais a minha dúvida, porque quem estipulou o prazo foi a Caixa Econômica, mas o texto da lei não fala só de Caixa Econômica. E o prazo do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, qual é? Se for 30 de dezembro, qual prevalece, o da Caixa ou o do BNDES? Acho muito estranho.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acatando o pedido e com o consenso da maioria dos Parlamentares, faço um pedido ao Deputado Agaciel Maia que convoque uma reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças para amanhã. Se há urgência, como o governo fala, e há o compromisso de vários Parlamentares de participarem, amanhã à tarde também estaremos aqui no plenário. Que o governo forneça aos Parlamentares a explicação de todas as dúvidas sobre o projeto.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, sobre os questionamentos feitos pelo PMDB em requerimento, nós temos condições de responder a todas as questões. No que diz respeito a essa data, eu não tenho como responder porque não tenho nenhum documento que comprove. Eu seria leviano se dissesse que teria condições de responder ao quesito da data, não recebi nenhum documento estabelecendo esse prazo. No que diz respeito a todas as questões, mesmo tendo sido encaminhadas à Secretaria de Planejamento pelo PMDB, eu estarei em condições de responder a todos os questionamentos feitos, mas quanto ao problema da data, infelizmente não tenho condições de responder porque não tenho essa informação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na realidade, conversei com o Líder do PMDB, Deputado Wellington Luiz, sobre a importância desse recurso. Não temos nenhuma dúvida. Quero lembrar, inclusive aos que estavam aqui na legislatura passada, a importância dos ritos nesta Casa, a importância de os projetos passarem efetivamente pelas comissões. As comissões são extremamente importantes para que haja as discussões necessárias. V.Exa. sabe muito bem da minha defesa desse rito, de os projetos estarem sempre passando pelas comissões. Logicamente, coisas urgentes urgentíssimas são discutidas no plenário, mas é muito importante que o governo vá aos gabinetes dos Deputados quando houver um processo de urgência urgentíssima. É importante que se faça antes essa articulação nos gabinetes dos Deputados, com tempo hábil, para que o Deputado possa se sentir seguro na sua votação. Quando temos uma matéria desse porte, desse nível, sabendo e entendendo que temos um *expert* como o Deputado Agaciél Maia, que está na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nós queremos que isso aconteça num nível de articulação importante, para que essas coisas daqui para frente possam ter um resultado adequado dentro desta Casa. A Casa tem um rito, que é a passagem pelas comissões. O governo precisa aprovar projetos com urgência urgentíssima aqui? É correto, tem hora que vai precisar mesmo, mas se ele vai enviar um projeto com urgência urgentíssima para cá, que ele passe nos gabinetes dos Deputados, para que eles possam ficar cientes do que está acontecendo, senão vamos ter isso aqui acontecendo o tempo inteiro. Temos um problema muito sério, que é um problema de gestão, gestão dos projetos que são enviados a esta Casa. Não está havendo gestão dos projetos que têm sido enviados a esta Casa. Isso é uma coisa clara, fica claro para todos nós. Se tem urgência urgentíssima – eu já sou contra os urgentes urgentíssimos –, um projeto urgente urgentíssimo sem articulação faz com que haja um processo ruim para o governo em todos os momentos.

Eu queria deixar claro e registrar para todas as pessoas, inclusive para o nosso Secretário Marcão, que é uma pessoa que eu considero e por ele tenho bastante respeito, e para o Serginho, que conhece a Casa mais do que ninguém: não façam dessa forma. Venham antes, conversem com os Deputados, visitem os gabinetes. Querem aprovar? Há um rito de aprovação de projetos nesta Casa, para que nós não tenhamos a impressão de que estamos sendo atropelados em todos os momentos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É verdade, Deputado Joe Valle.

Então, retiro da pauta o item nº 3.

Eu gostaria de fazer uma solicitação aos Deputados. Nós fizemos um acordo no Colégio de Líderes na semana retrasada de votarmos também os vetos dos Deputados que perderam o mandato, para limparmos um pouco a pauta. Nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

tivemos acordo no Colégio de Líderes sobre isso. Eu pergunto aqui aos Líderes se há acordo para mantermos os vetos dos Deputados que não se encontram mais na Casa. São 44 itens que poderíamos apreciar em bloco. Eu pergunto aos Deputados se podemos agilizar esse processo.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, pela Liderança do Bloco Democrático Trabalhista Progressista.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o acordo inclui o item nº 75, projeto do Deputado Rôney Nemer, que hoje é Deputado Federal. Esse item nós gostaríamos de retirar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e retiro o item nº 75.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Manifestando-me de forma individual, *data venia* ao meu Líder, o nosso bloco é contrário à votação em bloco. Devido a uma questão de princípios, nós achamos que não é correto votar os vetos em bloco. Já nos manifestamos sobre isso quando V.Exa. estava em viagem na terça-feira passada ou retrasada, quando fizemos a votação de várias. Essa é a nossa posição por princípio do bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Então, eu pergunto a V.Exas. se poderíamos votar pelo menos alguns itens hoje, porque está complicado. Na pauta há vetos a projetos de 2006. Isso é até desmoralizante para este Poder. Proponho isso também para aproveitar o *quorum* que há aqui hoje.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Eu sugiro a V.Exa. que coloque em votação uns cinco ou seis vetos dessa pauta de maneira individual, não em bloco. Temos o compromisso de votar. Nós estamos aqui para votar esses que não estão destacados. Mas eu queria propor a V.Exa. também que encerrássemos a sessão ordinária, abrissemos a sessão extraordinária para votarmos em segundo turno, até para liberar esses conselheiros tutelares, que terão que estar no trabalho amanhã cedo. Votamos agora em segundo turno e depois entramos nos vetos. V.Exa. tem o meu compromisso de continuar aqui para votar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que fosse retirado da pauta o item nº 76.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 04 2015	16h30min	33ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado. Acato a solicitação de V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerrará os trabalhos, convocando as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após esta sessão ordinária, para a discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes itens: item extrapauta nº 1, discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 14; item extrapauta nº 2, discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 395, de 2015; e demais vetos acordados: itens nºs 9, 11, 12, 13, 14, 15 e 20 da pauta da sessão ordinária.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h23min.)